

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES

AGENDA PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Índice:

Estratégias do Novo Ciclo de Desenvolvimento	3
Uma nova conjuntura.....	4
O ciclo de desenvolvimento em curso	4
Riscos e oportunidades do contexto internacional	7
Desafios e Eixos Propositivos para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.....	9
1. Os novos horizontes da educação	9
2. Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento.....	11
Aprofundar a Democracia.....	12
Valorizar a diversidade do território brasileiro.....	13
Aperfeiçoar a gestão pública	14
Macroeconomia para o desenvolvimento e a consolidação do modelo fiscal.....	14
3. A transição para a economia do conhecimento	15
4. Trabalho decente e inclusão produtiva	17
5. Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento.....	19
6. O potencial da agricultura	21
7. O papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água e saneamento	22
8. A sustentabilidade ambiental	25
9. Consolidação e ampliação das políticas sociais	27

ESTRATÉGIAS DO NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

O Brasil está partindo, nesta segunda década do milênio, de um novo patamar. Para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o País de hoje se aproxima mais da visão que propôs na Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) elaborada em 2005.

Naquela Agenda, o CDES afirmou que a desigualdade é um impeditivo estrutural para o desenvolvimento, pois limita o crescimento além de transformá-lo em instrumento de concentração de renda. A equidade – social, regional, entre gêneros, raças e etnias - deve ser a base orientadora das políticas públicas para enfrentar esse desafio. A educação é elemento transformador de longo prazo e de perenização dessa transformação. Favorecer o incremento da renda dos mais pobres, fortalecer o mercado de trabalho e incrementar o mercado interno gera dinâmica de elevação da taxa de crescimento, com consistência macroeconômica. Recuperar a capacidade de investimento público e privado é motor fundamental para o desenvolvimento.

Muitas das diretrizes propostas naquele momento foram implementadas e um conjunto de escolhas, de decisões e ações do governo e dos atores sociais promoveram transformações importantes, desenhando no País uma nova realidade econômica e social.¹

Entretanto, a visão de futuro traçada na AND permanece como horizonte estratégico para os Conselheiros e Conselheiras: ***“Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos”***.

Permanecem também os valores que dão base à visão de futuro: Democracia, Liberdade, Equidade, Identidade Nacional, Sustentabilidade, Respeito à Diversidade Sociocultural e Soberania.

O novo patamar de desenvolvimento abre a possibilidade do País empreender as transformações requeridas para um processo sustentado e constitui o referencial para a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC).² A sustentabilidade entendida como desenvolvimento econômico, social, político e cultural, acelerando o bem-estar generalizado da coletividade. Nessa perspectiva, os Conselheiros e Conselheiras elegeram como fundamentais duas estratégias para o desenvolvimento brasileiro. A primeira delas é a consolidação do processo de expansão equânime do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo e de distribuição sustentáveis e a ampliação dos investimentos inovativos. A segunda aponta para uma inserção ativa na economia internacional.

Essas estratégias permitem ampliar as dinâmicas apresentadas na Agenda Nacional de Desenvolvimento. Porém, para implementá-las, o Brasil deve enfrentar vários desafios. Dentre eles, o CDES elencou como principais: 1) Os novos horizontes da educação; 2) Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) A transição para a economia do conhecimento; 4) Trabalho decente e inclusão produtiva; 5) Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) O potencial da agricultura; 7) O papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água e saneamento; 8) A sustentabilidade ambiental e; 9) Consolidação e ampliação das Políticas Sociais.

¹ Os indicadores econômicos e sociais que são base desse novo patamar estão apresentados em anexo.

² O processo de construção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento está descrito em anexo.

Uma nova conjuntura

O País finalmente se liberta de quase três décadas de semiestagnação, decorrentes da adoção de estratégia econômica baseada na visão neoliberal. Práticas como a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira indiscriminada, redução do tamanho e papel do Estado foram implantadas em diferentes países e utilizadas como condição para concessão de créditos por instituições multilaterais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A crise financeira e econômica internacional que eclodiu em 2008 produziu inflexões importantes. Abriu-se o caminho para construção de um modelo que representa nas economias emergentes uma ruptura com o modelo hegemônico. As simplificações relativas à dicotomia entre Estado e mercado deram lugar a atitudes de bom senso, de pragmatismo, de busca de equilíbrios. De certa forma, inovar em política voltou a ser legítimo.

No plano internacional, a crise ainda não desapareceu. Um Produto Interno Bruto (PIB) mundial de US\$ 60 trilhões e US\$ 860 trilhões em papéis emitidos continua gerando instabilidade. A opção pela riqueza monetária e financeira coloca em risco o funcionamento dos mercados, da oferta de trabalho, da demanda por bens e serviços. Os déficits do setor especulativo privado foram transformados em déficits públicos. Observa-se, em inúmeros países, desaceleração da atividade econômica com aumento da concentração de renda, quedas de salários, redução de empregos e perda de direitos já conquistados.

Há forte convergência entre os Conselheiros e Conselheiras do CDES quanto à necessidade de, nessa conjuntura externa instável, evitar movimentos especulativos no mercado financeiro e de *commodities*, atuando no sentido do estabelecimento de um marco regulatório adequado; aperfeiçoar a política cambial e de juros para evitar a valorização excessiva do Real e minimizar os prejuízos dos exportadores; difundir os mecanismos e instrumentos de apoio à inovação, de forma a criar um ambiente favorável ao processo de agregação de valor aos produtos comercializáveis e incentivar empresas brasileiras exportadoras; investir em infraestrutura e logística para reduzir os custos de produção e facilitar o comércio exterior; acompanhar e supervisionar movimentos de capital externo especulativo e incentivar ingressos de investimentos voltados para o setor produtivo.

Em contexto internacional reconhecidamente complexo, o Brasil precisa fortalecer o padrão de desenvolvimento em curso, buscando um maior dinamismo de sua economia associado com uma melhor distribuição de renda e riqueza, redução da pobreza, ampliação dos mercados interno e externo, busca da competitividade no âmbito global, sustentabilidade ambiental e influência para contribuir com a promoção dos princípios da democracia, da paz e da legalidade internacional.

O ciclo de desenvolvimento em curso

O ciclo de desenvolvimento em curso no Brasil está sendo impulsionado pela consolidação da democracia e ampliação dos espaços de diálogo e participação; por políticas distributivas ancoradas numa visão de justiça social e de racionalidade econômica, pelo investimento nas pessoas por meio das políticas sociais universais e inclusivas; pelos investimentos em infraestruturas; por um sistema de financiamento público capaz de alavancar políticas de desenvolvimento; pela estabilidade macroeconômica e na gradual incorporação das dimensões da sustentabilidade ambiental, econômica e social ao conjunto dos processos decisórios.

O fortalecimento da democracia brasileira é o objetivo da ampla rede de participação que vem sendo constituída e fortalecida, articulada em vários níveis da federação. Nos últimos cinco anos foram realizadas 50 Conferências Nacionais com a participação de aproximadamente 3,5 milhões de delegados, nas instâncias municipais, estaduais e nacionais. Somente nas etapas nacionais cerca de 5 mil deliberações públicas foram produzidas, grande parte delas incorporadas no desenho de políticas públicas setoriais. Experiências como o CDES e outros conselhos contribuem para gerar entre os diversos setores uma cultura da negociação, da pactuação e do respeito aos interesses nucleares dos diferentes segmentos.

A estratégia de crescimento via ampliação do consumo de massa sustentou-se em ganhos de produtividade associados ao tamanho do mercado interno, que se traduziram em maiores rendimentos das famílias e na possibilidade do País galgar patamares de desenvolvimento cada vez mais elevados e sustentados. Foram decisivas as políticas sociais de transferência de renda, valorização do salário mínimo, educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, estímulo à criação de novos postos de trabalho formal, formação profissional e habitação. Esta dinâmica foi o motor do crescimento e alavanca das decisões privadas de investimento em 2009. Este cenário deve se repetir em 2010 e 2011, com a retomada do investimento sendo estimulada pelo novo patamar de consumo interno.

Estima-se que nos últimos anos a nova classe média, a chamada “classe C”³ passou a representar mais da metade da população brasileira, cerca de 53,2%, dinamizando o mercado de consumo de massa.⁴ A redução das desigualdades no Brasil teve uma queda nunca antes observada. A meta do milênio é cair à metade da desigualdade no mundo em 15 anos, o que o Brasil fez em apenas cinco anos. Em 2003 havia 50 milhões de miseráveis no Brasil. Hoje são cerca de 20 milhões de pessoas que saíram da miséria - uma queda de 40%. Incorporamos 32 milhões de pessoas à classe média, o que equivale a meia França, em cinco anos. Se for mantido o mesmo ritmo de hoje o Brasil vai poder reduzir a pobreza em mais de 14 milhões de pessoas e incorporar mais 36 milhões aos estratos de renda A, B e C até 2016, quando o índice de Gini⁵ do Brasil poderá atingir 0,488, próximos ao dos países desenvolvidos, contra os atuais 0,515.⁶

Destaca-se também o papel do crescimento do crédito ao consumidor, em especial do financiamento ao consumo de bens duráveis e à construção civil. As políticas de crédito dos bancos públicos⁷ foram responsáveis por cerca de metade do crédito outorgado em 2009. O sistema financeiro privado é sólido e opera sob regulação eficiente. O Brasil é um dos poucos países do mundo que dispõe de condições para crescer por essa estratégia, devido ao tamanho de seu mercado consumidor potencial. Além disso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a expansão dos investimentos da Petrobras, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), entre outros estão, ao mesmo tempo, dinamizando os investimentos e mantendo a conjuntura favorável. Para isto, contribui um setor privado pouco endividado e

³ Grupo que recebe renda familiar total mensal entre R\$ 1.115 (US\$ 619) e R\$ 4.807 (US\$ 2.670) – conversão com taxa de câmbio de junho de 2010: R\$/US\$ = 1.8

⁴ De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, a classe C abarca 53,2% da população. Contudo, do ponto de vista de distribuição de renda as classes AB com rendas familiares superiores a R\$ 4.807, que representam 14,97% da população, se apropriam de quase 55% da renda do país.

⁵ Coeficiente utilizado para calcular o padrão de concentração de renda nos países. Varia entre 0, que é a igualdade perfeita e 1, perfeita desigualdade.

⁶ IPEA, *Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas*, 2010.

⁷ Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA)

com recursos para investir. São condições que facilitam o resgate dos mecanismos de planejamento de longo prazo, desafiam a capacidade gestora do Estado e impulsionam a modernização administrativa.

A política ambiental ganhou nestes anos outra estatura e se incorpora à nova política econômica que se desenhou no País, gerando credibilidade e respeito nos planos interno e internacional, o que, por sua vez, abre mercados. A taxa de desmatamento é hoje 74,4% inferior a de 2004, o menor índice já registrado desde 1998, quando foi iniciada a apuração deste indicador.⁸ Ao tratar de maneira sustentável os recursos naturais, capitaliza-se o País para as gerações futuras.

A melhora do quadro fiscal, na última década, também contribuiu para esse novo patamar. Um dos pontos mais fortes da ampliação das perspectivas de desenvolvimento está na estabilização de um modelo de gestão macroeconômica. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem sido capaz de apresentar superávits primários sucessivos em suas contas públicas e reduzir a participação da dívida interna líquida como participação do PIB no período recente. O equilíbrio das contas públicas, ao longo do tempo e em todos os países, tem se mostrado um ponto crucial do equilíbrio econômico; condição necessária, embora não suficiente, para o crescimento de longo prazo.

No plano comercial, uma população mundial que aumenta em 70 milhões de habitantes por ano, com ampliação do consumo, deve manter a tendência para uma demanda forte por *commodities*. O Brasil, com a maior disponibilidade mundial de solo agricultável e 12% da reserva mundial de água doce, tem trunfos importantes. Mas deve ficar atento para a dependência dos preços das *commodities* aos movimentos dos capitais especulativo. É preciso evitar a formação de bolhas recorrentes fruto de especulações com ativos.⁹ O Brasil tem papel relevante a desempenhar no debate sobre a regulação dos mercados.

Os progressos tecnológicos e, em particular, as inovações na área das tecnologias de informação e comunicação, abrem novas perspectivas. No século XXI, além dos embates políticos em torno da propriedade dos meios de produção, na era da nova economia o acesso ao conhecimento e a definição dos seus marcos legais tornam-se centrais. No caso brasileiro, o salto para a economia do conhecimento passa pela universalização da banda larga e outras formas de acesso e disseminação, que abrem importantes perspectivas de inclusão produtiva e melhoria de qualidade de vida. É urgente cobrir o hiato entre estes desafios tecnológicos e o atraso educacional, no plano interno, para ocupar o espaço correspondente no plano internacional.

Em termos geoeconômicos, a tendência é para um deslocamento da bacia do Atlântico para a bacia do Pacífico, com os avanços da China e da Índia, que representam 40% da população mundial, e de outros países muito dinâmicos, como a Coreia do Sul e o Vietnã, ou fortes como o Japão. O deslocamento favorecerá tanto uma orientação mais integradora de infraestruturas na América Latina, como o melhor equilíbrio de ocupação e uso do território no Brasil, fundamentalmente atlântico na demografia e na economia.

No plano político, frente a uma economia que se globalizou, surgem novos espaços de concertação internacional. O G-20¹⁰ é um exemplo de espaço regular de negociação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Brasil, em particular, assume liderança neste sentido. A crise econômica e financeira evidenciou a inadequação da estrutura de

⁸ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

⁹ Tais como ações, títulos de renda fixa, câmbio, commodities, títulos imobiliários etc.

¹⁰ Grupo formado pelo G-8 – principais potências ocidentais mais a Rússia – e um bloco de países emergentes, onde o Brasil se inclui, mais a União Europeia.

governança mundial. Está em curso uma mudança na distribuição do poder global que dependerá muito da capacidade estratégica dos governos envolvidos nesse processo de transformação.

O Brasil enfrentou a crise com fundamentos macroeconômicos sólidos¹¹, com mercado interno amplo, com capacidade de regulação e de manejo de instrumentos adequados de política econômica, na rapidez e no ritmo que o momento exigia. Expandiu-se o acesso ao crédito, os empregos e a renda da população foram protegidos, inúmeros setores foram desonerados de impostos. Criou-se uma sinergia entre os domínios econômico e social que nos permitiu minorar os efeitos do contágio da crise internacional sobre o desempenho da economia brasileira e retomar a trajetória de crescimento.

Riscos e oportunidades do contexto internacional

Na inserção internacional, o País parte também de outro patamar. A crise revelou a existência de uma nova dinâmica econômica mundial, caracterizada pela inclusão das economias emergentes no contexto político-estratégico das economias predominantes como os Estados Unidos, a União Européia e o Japão. Ficou clara a necessidade de um Estado mais ativo no processo de suavizar os ciclos econômicos e no campo de regulação dos movimentos internacionais de mercadorias e ativos financeiros.

O que desponta é uma composição na qual novos países emergentes, em transição para se tornarem *global players* e, portanto, protagonistas no cenário mundial, serão aqueles que combinarem um mercado interno potencial forte, com abundância de recursos naturais como energia, gás e petróleo e com possibilidade de produzirem grande quantidade de alimentos. A existência de um parque industrial moderno é aspecto de grande relevância. O Brasil enquadra-se em todas essas características.

O impulso advindo da expansão da economia internacional entre 2001 e meados de 2008, notadamente dos países emergentes da Ásia, garantiu preços elevados de *commodities* e aumento das exportações brasileiras (da ordem de 22% ao ano em média) contribuindo para o aumento do PIB e para diminuição da vulnerabilidade externa na medida em que possibilitou maior acúmulo de reservas internacionais.

Com US\$ 35 bilhões de reservas internacionais em 2002, o Brasil estava vulnerável a ataques especulativos. Atualmente, com cerca de US\$ 250 bilhões, credor e não mais devedor do Fundo Monetário Internacional (FMI), com maior diversificação comercial e de parceiros e melhor equilíbrio entre os mercados interno e externo, o País tornou-se uma referência internacional. A acumulação de reservas internacionais atenuou os efeitos de ciclos econômicos mais pronunciados decorrentes de crises financeiras sistêmicas e possibilitou ao Brasil inserir-se de forma soberana na economia mundial.

A integração latino-americana está adquirindo relevância crescente, com avanços em ações articuladas no plano das instituições, dos mecanismos de financiamento, das infraestruturas, das migrações, da academia, em busca de uma identidade comum. O Brasil tem peso específico na região pelas inovações econômicas, sociais, políticas e ambientais que tem desenvolvido.

O Brasil e seus parceiros latinoamericanos, africanos e asiáticos desfrutam, neste momento, de posição privilegiada na economia global. Os países que integram o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), nos últimos anos, tiraram da pobreza mais de meio bilhão de pessoas, incorporando esse enorme contingente à classe média e provocando, em

¹¹ Moção do CDES sobre os Efeitos da Crise Econômica Internacional, aprovada na 28ª Reunião do Pleno, 06/11/2008; Parecer do CDES sobre Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional, aprovada na 25ª Reunião do Pleno, 01/04/2008.

consequência, o aumento da capacidade de consumo no interior de cada um desses países e no potencial de consumo de produtos gerados no âmbito de outros países da economia global. Em 2020, com 3,14 bilhões de habitantes, cerca de 40% da população mundial¹² e crescendo a taxas muito superiores à dos países ricos, os BRICs chegarão, de fato, muito próximo das economias do G-7. Esses países elevarão a sofisticação e complexidade da sua relação com os mercados tradicionais, como os dos Estados Unidos e Europa, e representarão importante motor que impulsionará o consumo em escala mundial.

No conjunto, o Brasil destaca-se no cenário internacional como parceiro solidário, portador não só de força econômica e riqueza cultural, mas também de propostas práticas para o enfrentamento dos principais desafios sociais, ambientais e políticos. A confiabilidade e o respeito angariados se refletem na aprovação do País para sediar a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

¹² Projeções da Organização das Nações Unidas - ONU

DESAFIOS E EIXOS PROPOSITIVOS PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

O CDES aponta como estratégias para o desenvolvimento do Brasil, neste momento, consolidar o processo de expansão equânime do emprego e da renda, fortalecendo o mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo de massa e de distribuição sustentáveis; ampliar os investimentos inovativos e se inserir de forma ativa na economia internacional. O Conselho considera estratégico, também, fortalecer o protagonismo do País na governança global, influenciando nas negociações econômicas, na reforma financeira internacional, na reforma monetária e nas negociações políticas relevantes para a paz no mundo.

Tais estratégias se articulam a um conjunto de desafios que o Brasil deverá enfrentar. Os avanços deste novo ciclo de desenvolvimento dependem da educação, da transição para a economia do conhecimento e da sustentabilidade, da força da indústria, do comércio e do vasto potencial da agricultura, impulsionados pela infraestrutura adequada, pela inclusão produtiva e pelas políticas sociais. Requerem ainda um Estado voltado para atender a demanda da sociedade pelo desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural.

A Agenda levanta estes desafios, complementares e interrelacionados, e os principais eixos propositivos de ação que devem gerar efeitos multiplicadores sobre o conjunto das atividades econômicas, sociais, políticas e ambientais. O objetivo é impulsionar o processo de desenvolvimento sustentável, tal como o CDES defende e em relação ao qual busca contribuir, a partir do diálogo entre diferentes atores sociais e do trabalho coletivo.

Para o CDES, o combate às desigualdades é objetivo central da estratégia de desenvolvimento e o Conselho reafirma, então, a recomendação para que a equidade seja o princípio a reger todas as políticas públicas e as ações dos atores sociais.

A diversidade é o ativo mais valioso para o pleno desenvolvimento brasileiro. Com dimensões continentais e população plural, trata-se de uma realidade na qual não cabe solução única. É preciso flexibilidade, abertura e diálogo para que o Brasil se encontre consigo mesmo, na sua diversidade cultural, étnica e regional e no enorme potencial que deriva desta riqueza.

A educação é, segundo Conselheiros e Conselheiras, o eixo prioritário e estruturante, na medida em que é articulador de políticas públicas pró-equidade, o grande vetor para libertar os potenciais de criatividade e inovação e de produção nacionais e elemento viabilizador da construção cultural para um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.

1. Os novos horizontes da educação

Há um consenso pleno quanto à relevância estratégica da educação e a importância de aproximar os conceitos de educação e da sociedade do conhecimento. Considerando os avanços recentes no panorama da educação brasileira, em seus diversos níveis e modalidades, cabe ainda um grande esforço a ser realizado.

A quase universalização do acesso ao ensino fundamental deve ser acompanhada pela ampliação da qualidade da escola pública. É preciso ampliar o acesso de crianças de 0 a 6 anos a educação infantil de qualidade (creches e pré-escola). O ensino médio público apresenta déficits de cobertura e qualidade, enquanto o ensino profissionalizante só recentemente encontra incentivos para sua consolidação. É necessário ainda avançar na equalização das oportunidades de acesso à educação superior, em particular às instituições universitárias públicas, e na integração entre os níveis e modalidades de

ensino. Desigualdades sociais e regionais, flagradas em praticamente todos os indicadores de avaliação da educação, representam forte obstáculo ao desenvolvimento econômico e humano da sociedade brasileira.

A educação é um imenso universo. Somando alunos, professores e administradores, são 60 milhões de pessoas, quase um terço da população. Para o CDES, as mudanças nos indicadores educacionais dependem de esforços compartilhados de atores nas três esferas de governo e em toda a sociedade, valorizando as diferentes dimensões da vida como espaços de criação e de articulação de conhecimentos e abrindo novos horizontes para a educação. São eixos propositivos neste sentido:

1. Garantir o direito de acesso e permanência a um sistema de educação de qualidade. Eliminar o analfabetismo, garantindo o acesso universal ao sistema público de ensino e aprimorando a transição entre os cursos de alfabetização e a continuidade de estudos em Educação de Jovens e Adultos (EJA). É essencial que se promova o aumento do nível de escolaridade da população brasileira¹³, reduzindo as desigualdades regionais, raciais,
2. de renda e entre o urbano e o rural. Isso implica uma ação firme e concertada do Estado, em todos os níveis de governo, organizando e regulamentando a educação nacional de modo articulado entre os entes da Federação, cabendo à União papel central de correção de desigualdades e suplementação de estruturas e recursos financeiros e humanos.
3. Ampliar o investimento para a educação, identificando novas fontes de financiamento. Será necessário aperfeiçoar a destinação dos recursos do FUNDEB¹⁴ e garantir os recursos do Pré-sal para financiamento da educação. Ao mesmo tempo, assegurar maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos no processo educativo, com foco no estudante. No contexto de uma reforma tributária redistributiva, recomenda-se rever os parâmetros e critérios da renúncia fiscal da educação.
4. Melhorar a qualidade da escola pública nos níveis básicos de ensino. Concentrar os esforços do governo e da sociedade civil para viabilizar uma radical reestruturação do ensino básico, com as seguintes medidas: a) carreira atrativa, melhores salários e condições de trabalho adequadas para os trabalhadores da educação, tanto docentes como técnico-administrativos e dirigentes; b) redução do número de alunos por sala; c) implementação do sistema de tempo integral, prioritariamente no ensino fundamental; d) institucionalização da formação continuada; e) adequação dos cursos aos diferentes perfis de entidades e alunos (educação no campo, EJA); f) acesso a sistemas de educação aberta estruturados em tecnologia de informação e comunicação de última geração, acessíveis a todos os atores do processo educativo, com foco prioritário no estudante, e disseminação de softwares de gestão escolar; g) ampliação do investimento em infraestrutura das escolas com acesso sem fio à internet em banda larga, laboratórios, bibliotecas, cursos de artes, quadras esportivas; h) autonomia e responsabilização da escola, seus dirigentes e trabalhadores quanto ao processo educativo; i) consolidação dos sistemas de avaliação como ferramenta de políticas públicas para todos os níveis e modalidades da educação.

¹³ O CDES vem acompanhando e gerando indicadores e proposições, por meio do Observatório da Equidade, acerca das Desigualdades na Escolarização no Brasil – www.cdes.gov.br

¹⁴ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

5. Determinar prioridade para as ações da política educacional voltada para a valorização da população do campo, com a adoção de metodologias apropriadas para a redução dos graves índices de analfabetismo e da baixa escolaridade, proporcionando o desenvolvimento amplo e integral tanto das pessoas quanto das comunidades rurais às quais pertencem.
6. Implantar um sistema público de emprego e qualificação profissional, diante do cenário da crescente demanda social dos setores produtivos por trabalhadores qualificados. Adotar procedimentos definidores da educação profissional, da formação básica à formação continuada do trabalhador, como política de Estado coadunada com o processo de desenvolvimento do País.
7. Reestruturar a educação superior, dando continuidade à reforma da universidade brasileira, iniciada, mas não aprofundada pelo REUNI na rede federal, em especial o projeto de autonomia das universidades. Rever tanto os modelos pedagógicos quanto a arquitetura curricular vigentes no Brasil, com mais investimentos no ensino público e regulamentação do ensino privado. No plano acadêmico, a disciplinaridade que regeu a ciência do século XX deve dar lugar a cruzamentos pluri, inter, transdisciplinares, fomentando a criatividade e a inovação e a cooperação com o setor produtivo. A educação superior também deve preparar os egressos para a educação continuada e interação com sistemas de conhecimento e redes de informação. Na disciplina deste último, há que atentar não só à sua dominância na oferta, hoje, da educação quanto às suas diferenças entre as entidades comunitárias, confessionais, filantrópicas e comerciais. Importa, outrossim, reforçar nas universidades os recursos para pesquisa, constitutiva da plenitude de sua excelência acadêmica.
8. Atualizar a dinâmica da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, abrindo-se para uma interação permanente e virtuosa entre os diferentes níveis educacionais. Especialmente nas universidades, metodologias ativas de ensino-aprendizagem, combinadas com o uso intensivo de modernas tecnologias, poderão potencializar a integração científica e tecnológica com empresas, instituições e a sociedade. O ambiente escolar deve fomentar a criatividade, a atitude investigativa do estudante, de modo a tornar a escola atrativa e valorizada, levando-o a assimilar metodologias de trabalho, preparando-o para navegar, questionar, organizar, elaborar, quantificar e cruzar conhecimentos de maneira criativa. É preciso promover e difundir o conhecimento acumulado, sobretudo aquele gerado nas instituições de ensino e pesquisa brasileiros, contribuindo para a transição para sociedade do conhecimento que está redesenhando os horizontes da educação.
9. Estimular a aprendizagem de forma cada vez mais distribuída numa sociedade que passa a operar em rede, fortalecendo as regiões e as cidades inovadoras em educação.

2. Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento

Em uma sociedade democrática o Estado deve cumprir as atribuições estabelecidas na Constituição, tanto no que se refere à proteção dos cidadãos em vulnerabilidade, à prestação de serviços essenciais e à realização ou financiamento de investimentos estratégicos, bem como no que se refere à regulação e participação na atividade econômica e financeira.

Como defensor do interesse público o Estado deve desempenhar funções fundamentais como estimular o desenvolvimento econômico e social; manter a estabilidade macroeconômica, o que implica zelar pela estabilidade fiscal, monetária e cambial; regular

atividades econômicas; prover serviços públicos universais como educação, saúde e segurança; e atuar na redução das desigualdades na distribuição da renda, combatendo a pobreza. Neste sentido o desenvolvimento é intensivo em Estado.

A estrutura, os recursos e a organização do Estado devem ser constituídos a partir das demandas acordadas pela sociedade e expressas nos seus marcos legais. Ao Estado cabe arrecadar impostos, taxas e contribuições em montante suficiente para que possa cumprir de forma adequada suas atribuições, devolvendo à sociedade o produto da arrecadação, sob a forma de gastos em serviços públicos de qualidade, programas sociais e de transferência de renda e investimentos públicos.

O papel que o Estado é chamado a assumir em cada situação é fruto de condições objetivas que resultam da evolução das atividades econômicas e sociais em cada país. No Brasil a parceria com o setor privado é fundamental para a promoção do desenvolvimento produtivo, viabilização das infraestruturas de grande porte e das infraestruturas sociais.

O modelo a ser consolidado se ancora nesta parceria estratégica entre o setor público, com suas funções de regulação, controle, planejamento e articulação, e o setor privado, mobilizado para assumir a liderança dos grandes projetos, principal veículo dos investimentos. O aperfeiçoamento do Estado para cumprir seu papel passa pelo reforço da capacidade de planejamento e de diálogo e concertação, para que os objetivos de longo prazo sejam definidos de maneira compartilhada e que aumente a confiança de todos no futuro do País.

É consenso entre os Conselheiros e Conselheiras que houve avanços na gestão macroeconômica e que a manutenção do equilíbrio desta política vai requerer um esforço contínuo de redução da carga tributária e a busca de alinhamentos dos juros e do câmbio.

Estratégico aos projetos de desenvolvimento de longo prazo é o equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fundamental para a cidadania e a democracia. O judiciário tem sido chamado a dar a última palavra sobre a viabilidade da agenda política brasileira. Os exemplos são vários, desde a questão das políticas de inclusão, como cotas sociais ou raciais e o Bolsa Família, até os investimentos em infraestrutura e a política fiscal. Esse fenômeno que ficou conhecido como “judicialização da política” é extensivo a outros órgãos como o Ministério Público, os tribunais de contas e a Controladoria Geral da União.

Para aprofundar o papel do Estado voltado efetivamente para os interesses gerais da sociedade, mais democrático, à altura dos desafios econômicos, sociais e ambientais que o País precisa enfrentar, inserido e atuante no mundo, os Conselheiros e Conselheiras propõem:

Aprofundar a Democracia

1. Fazer a Reforma Política. O CDES elaborou um Parecer¹⁵ que aponta a necessidade de aprimorar o sistema político brasileiro, fortalecendo os partidos, aumentando o grau de representatividade dos mandatos, fortalecendo os instrumentos de participação direta e, sobretudo, assegurando a eficácia da soberania popular no sistema democrático. O CDES considera que um processo de reforma política contribui estruturalmente para o desenvolvimento do País e o aperfeiçoamento de nossa democracia.

¹⁵ Parecer do CDES sobre a Reforma Política, aprovado na 22ª Reunião do Pleno, 17/07/2007.

2. Ampliar a capacidade do Estado de prestar com qualidade os serviços e políticas demandados pela sociedade - educação, saúde, segurança pública; de prover proteção social, segurança alimentar e nutricional; de promover o trabalho e o acesso à cultura e à habitação digna; de combater a discriminação de raça, gênero e etnias.
3. Fortalecer a federação brasileira, em um arranjo solidário, equitativo e integrador, capaz de garantir a autonomia dos entes federados e a coordenação e articulação de políticas públicas; eficaz no atendimento às demandas sociais e na promoção do desenvolvimento. Aperfeiçoar os mecanismos de financiamento que propiciem adequada capacidade de cumprimento das atribuições e competências dos entes federados, compatível com o equilíbrio das contas públicas.
4. Garantir que o Estado - poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - seja permeável à participação e ao controle social efetivo. Fortalecer e consolidar os instrumentos de diálogo e os mecanismos que ampliem a participação da sociedade no processo decisório, no planejamento e na avaliação das ações governamentais, nas definições e acompanhamento do orçamento. A informação e transparência são elementos centrais neste sentido. Para isso é necessária a utilização massiva de tecnologia articulada com o aperfeiçoamento gerencial e institucional das estruturas do Estado.
5. Fortalecer o ambiente político e institucional do país oferecendo meios e contextos adequados para a gestão das várias formas de conflito e dos direitos de cidadania assegurados na Constituição Federal, de modo a promover maior equilíbrio entre os poderes, reduzindo a demanda ao judiciário e ao poder de polícia dos órgãos controladores e do Ministério Público.
6. Dar continuidade ao processo de Reforma do Judiciário no sentido de agilizar a tramitação e o julgamento dos processos, modernizar os códigos processuais, aprimorar a gestão judiciária e conferir mais transparência às decisões e julgamentos, de forma a aumentar a segurança jurídica aos cidadãos.
7. Fortalecer o papel do Conselho Nacional de Justiça como instrumento para harmonizar procedimentos, melhorar a gestão e aumentar a eficiência e a efetividade de todas as instâncias do Poder Judiciário.
8. Fortalecer a capacidade do Estado de planejamento de longo prazo e de interação entre os poderes da República, as diferentes esferas de governo e a sociedade em torno das prioridades para o desenvolvimento, estabelecidas coletivamente.

Valorizar a diversidade do território brasileiro

9. Respeitar as vocações e os potenciais locais e regionais como elemento para o conjunto das políticas públicas e incrementar o diálogo e concertação em torno de um projeto nacional.
10. Construir políticas de desenvolvimento local/regional, *strictu sensu*, para reduzir o hiato ainda presente entre as regiões do País, entre municípios e entre diferentes localizações nas grandes cidades e regiões metropolitanas.
11. Investir na governança local e regional, no fomento e integração de sistemas de informação e no acesso à banda larga, permitindo autonomia, cooperação e troca de experiências, sejam elas de governo, empresariais ou de movimentos sociais, redes sociais e cidadãos para disseminar as inovações e aprendizados adquiridos.

12. Fortalecer a participação e diálogo, apoiando Conselhos, instâncias locais e setoriais de governança indutoras do seu próprio desenvolvimento e outros espaços e fóruns de participação, desenvolvendo instrumentos de controle social, de avaliação da qualidade de vida e das políticas públicas.

Aperfeiçoar a gestão pública

13. Aprimorar a gestão pública de qualidade, orientada por resultados, com forte base tecnológica e de informação, estruturas organizacionais e instrumentos adequados ao funcionamento do Estado e mecanismos de acompanhamento e avaliação da sua eficiência e efetividade, sob o controle participativo da sociedade.
14. Garantir a capacidade dos governos para atuação em temas transversais, como juventude, promoção da igualdade de gênero e raça e direitos humanos, e de coordenação e gestão integrada de políticas e estruturação dos sistemas como educação, saúde, assistência social, segurança pública, ciência, tecnologia e inovação.
15. Garantir a capacidade dos governos para gestão de investimentos estratégicos e de equilíbrio entre execução e controle, de forma a combater a corrupção, garantir a lisura do gasto público e responder às necessidades do desenvolvimento.
16. Avançar na constituição de uma burocracia pública profissionalizada, na União, estados e municípios, em quantidade adequada para o atendimento das competências atribuídas pela Constituição. Uma burocracia pública ética, capacitada permanentemente e capaz de se relacionar de forma aberta e democrática com os atores sociais. Priorizar o fortalecimento das carreiras de Estado, estabelecendo limites aos cargos comissionados necessários para formação das equipes dos governos eleitos.
17. Construir novos indicadores de desenvolvimento capazes de realizar um monitoramento mais adequado, para além do PIB. Há um forte avanço metodológico neste plano e o CDES se propõe a contribuir, em articulação com o IBGE, IPEA e outras instituições, para a construção de uma nova sistemática de contas públicas que permita assegurar uma cidadania informada.
18. Rever os métodos e processos de gestão, supervisão e controle, com objetivo de aumentar o dinamismo econômico, reduzir os custos de produção e facilitar a vida dos cidadãos.

Macroeconomia para o desenvolvimento e a consolidação do modelo fiscal

19. Avançar na gestão macroeconômica capaz de criar condições para elevação da taxa de investimento da economia em direção à meta de 25% do PIB, permitindo crescimento em torno 6% ao ano¹⁶.
20. Criar condições para a redução progressiva da taxa Selic, diminuindo o diferencial de juros em relação a outros países. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem sido capaz de apresentar superávits primários sucessivos em suas contas públicas e de reduzir a participação da dívida interna líquida em relação ao PIB.
21. Estruturar linhas de financiamento de longo prazo e ampliar as linhas já existentes.

¹⁶ Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento, páginas 21 e 25. www.cdes.gov.br

22. Usar os bancos oficiais para ampliar a concorrência no mercado, permitindo acelerar a redução dos juros cobrados do consumidor e em especial os *spreads* bancários.
23. Incentivar a inclusão bancária, com capilaridade, flexibilidade nos produtos e nas garantias e com juros compatíveis. Promover a desconcentração, interiorização e adequação do sistema financeiro nacional. Estimular a constituição e fortalecimento de sistemas cooperativos locais de crédito e organizações de microfinanças e sua conexão com fundos de financiamento governamentais, de forma a ampliar os canais de poupança, crédito e serviços financeiros voltados para a população de baixa renda e para a economia solidária.
24. Garantir o acesso ao financiamento da produção para a exportação, ampliando a atuação do BNDES, estimulando a criação de novos agentes de fomento especializados e tornando mais rápidas as decisões sobre essas operações.
25. Atuar para alcançar resultados positivos na balança de transações correntes, com medidas de realinhamento do câmbio e outros meios que busquem o equilíbrio entre as importações e as exportações de bens, serviços e rendas.
26. Criar ambiente favorável para a entrada de capitais externos voltados para atividades produtivas e não simplesmente especulativas.
27. Realizar a reforma tributária com foco na correção da desigualdade¹⁷, no estímulo à produção e ao investimento. Buscar maior progressividade do sistema; desonerar a base da pirâmide; privilegiar os impostos diretos em relação aos indiretos; facilitar a vida dos produtores, desonerando investimentos produtivos e a exportação; atentar para questões ambientais que vêm se tornando vetor importante na construção de estímulos tributários.
28. Aprimorar a governança do Conselho Monetário Nacional, de forma que as decisões da política macroeconômica sejam tomadas em bases mais amplas, absorvendo a sensibilidade dos diversos setores sociais dispostos a compartilhar a responsabilidade em relação ao desenvolvimento brasileiro¹⁸.

3. A transição para a economia do conhecimento

A ampliação e homogeneização do acesso gratuito e fomentado a todo tipo de conhecimento é eixo fundamental da mudança para um país mais desenvolvido e mais competitivo no mundo globalizado. A educação e a cultura desempenham um papel chave nesse processo de transição.

A sociedade do conhecimento aponta desafios às políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao acesso aos meios de comunicação. O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) pretende levar o acesso a 40 milhões de domicílios, até 2014, à Internet em alta velocidade, constituindo uma alternativa de baixo custo para conexão à rede. O PNBL busca estimular a concorrência e a redução de preços ao consumidor final, em conjunto com uma série de medidas regulatórias, que visam ampliar a oferta já existente.

A disseminação rápida e eficiente do conhecimento é um dos principais componentes da inovação. Parte significativa do processo inovador é a constituição de interlocutores nas

¹⁷ O CDES vem acompanhando e gerando proposições, por meio do Observatório da Equidade, acerca dos Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional– www.cdes.gov.br

¹⁸ Moção do CDES sobre a Composição do Conselho Monetário Nacional, aprovada na 12ª Reunião do Pleno, 19/05/2005.

Universidades e centros de produção tecnológica e nas empresas, assegurando o diálogo, a eleição de prioridades e a co-produção.

O avanço da competitividade de empresa brasileira depende e dependerá cada vez mais da sua capacidade de inovar, isto é gerar novos produtos e novos processos com maior densidade tecnológica. A inovação é essencial para aumentar a produtividade e garantir melhores salários de forma sustentável. Isso tem implicações para inúmeras políticas públicas na área educacional, na eficiência dos marcos regulatórios setoriais, no incentivo ao empreendedorismo, na redução da burocracia e na política de P&D empresarial.

Entre os eixos propositivos para construir a transição para a economia do conhecimento, os Conselheiros e Conselheiras apontam:

1. Ampliar significativamente os dispêndios públicos e privados em ciência, tecnologia e inovação no Brasil, de forma a evoluirmos dos atuais 1,3% do PIB, para 2,0% em 2015 e 2,5% em 2022.
2. Aprimorar o arcabouço jurídico e os marcos legais da área de ciência, tecnologia e inovação, visando proporcionar maior segurança aos investidores; facilitar o diálogo com os órgãos de controle; e incluir os ativos intangíveis das empresas no rol de valoração dos ativos nas negociações com as entidades públicas e privadas de fomento.
3. Incentivar o setor privado a aumentar a alocação dos recursos próprios em inovação e outras modalidades de investimentos intangíveis por meio da desoneração tributária, subvenções econômicas, formação de recursos humanos para áreas estratégicas e assistência técnica voltada para transferência de tecnologia. Criar centros de pesquisa e de empresas de base tecnológica, visando desenvolver novos produtos e processos que contribuam para aumentar a inserção competitiva do Brasil na economia internacional.
4. Ampliar de forma significativa o investimento privado em pesquisa e inovação, promovendo capilaridade, sobretudo no que diz respeito à criação de novos incentivos e desonerações fiscais, redução de juros, ampliação de prazos para financiamento e subvenções econômicas destinados a empresas que ainda não foram beneficiadas pela atual Política de Ciência Tecnologia e Inovação.
5. Criar mecanismos para facilitar e ampliar o acesso das empresas nascentes, das micro e pequenas empresas e dos empreendimentos autogestionários nas linhas de financiamento público para ciência, tecnologia e inovação, bem como propiciar assistência técnica especializada para pesquisa e desenvolvimento.
6. Promover o fortalecimento e a modernização institucional das entidades públicas de fomento e apoio a ciência, tecnologia e inovação, bem como mobilizar as competências e recursos em todo o País, favorecendo maior interação entre universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento e setor privado.
7. Aprimorar e acelerar a implementação da estratégia brasileira de inserção na economia do conhecimento, integrando a política econômica com as políticas de desenvolvimento produtivo e de ciência, tecnologia e inovação. Enfatizar os setores em que a sustentabilidade está ameaçada e os setores nos quais o Brasil possui vantagens comparativas. Destacam-se a biotecnologia, nanotecnologia, biodiversidade e recursos naturais, agronegócio, energias renováveis, etanol de primeira, segunda e terceira geração, petróleo e gás, tecnologias da informação e comunicação, em especial a TV Digital, serviços e logística; alternativas de meios de transporte com menos impactos climáticos (veículos elétricos e híbridos); tecnologias de produção visando a redução do consumo de matérias-primas;

tecnologias da construção visando a redução de consumo energético; biotratamento de esgotos e técnicas de saneamento.

8. Acelerar os investimentos em pesquisa e inovação, tendo como foco o desenvolvimento da universidade, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras, contribuindo para o aumento das exportações com bens de maior valor agregado e maior conteúdo tecnológico.
9. Fomentar a ciência, tecnologia e inovação em setores prioritários como saúde, educação e cultura. O complexo industrial da saúde é um campo de alta intensidade de conhecimento e inovação que o Brasil possui competência técnica para desenvolver, especialmente, vacinas e novos fármacos para tratamento de doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica, mas que afetam o Brasil e outros países. A dimensão educacional é central e deve contemplar os diferentes níveis educacionais, os incentivos ao aprendizado, a educação contínua e os processos de formação dentro das empresas. A utilização das TICs nas atividades culturais se mostram especialmente relevantes para o Brasil, um país de rica diversidade e densidade cultural. Dar novo alcance e dinâmica ao fomento das tecnologias sociais, englobando produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas com a comunidade e que representem soluções efetivas de transformação da sociedade. A tecnologia social tem como características o uso intensivo de mão-de-obra e insumos, implantação e manutenção simples e respeito e valorização da cultura local.
10. Implantar o Plano Nacional de Banda Larga de modo a aumentar a conectividade e massificar o acesso à internet, tornando-o universal, com prioridade para as famílias de menor renda, e tornar possível a inserção de todos os municípios brasileiros e da maioria da população na sociedade do conhecimento a custos acessíveis para todos. O livre acesso ao conhecimento e a sua circulação nas infovias permite dinamizar as atividades econômicas, sociais e culturais.
11. Mobilizar a sociedade brasileira visando criar uma cultura da inovação e do empreendedorismo técnico-científico, como chave para a construção de um país mais desenvolvido, mais justo e mais solidário, atuando fortemente nas instituições de ensino, nas empresas, nos sindicatos, nas associações de profissionais liberais, nos movimentos sociais, igrejas e órgãos de comunicação e nas redes sociais locais, setoriais e temáticas que hoje articulam milhões de pessoas na web.

4. Trabalho decente e inclusão produtiva

A inclusão produtiva do conjunto da população ativa, por meio do trabalho decente¹⁹, constitui um imenso desafio, mas ao mesmo tempo um vetor estratégico para a sustentabilidade do desenvolvimento.

A desigualdade de renda está diretamente vinculada ao desequilíbrio em termos de inclusão produtiva. O País tem uma população ativa de 100 milhões de pessoas, mas um emprego formal de cerca de 41,4 milhões de postos, em abril de 2010. Em que pese mais de 12 milhões de empregos que foram gerados nos últimos sete anos²⁰ e a diminuição da

¹⁹ A definição de trabalho decente desta Agenda é baseada no conceito da Organização Internacional do Trabalho, que aponta como pilares: 1) Respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; eliminação do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); 2) Promoção de emprego de qualidade; 3) Extensão da proteção social; 4) Diálogo social.

²⁰ MTE-RAIS (2002-2008) e CAGED (2009-2010)

informalidade no conjunto dos ocupados, ainda há muito espaço para ampliação do emprego, formalização, garantia da proteção social, diminuição das taxas de rotatividade e promoção de condições de trabalho adequadas no conjunto da economia.

O Brasil está no ápice da chamada “onda jovem” o que significa que o País não terá em nenhum outro momento um contingente tão expressivo de jovens em relação às demais faixas etárias. São 50 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos. Cerca de 66%, 35 milhões desses cidadãos, estão inseridos no mundo do trabalho. Essa realidade demanda políticas públicas específicas visando à educação e a formação profissional da juventude.

A inclusão produtiva envolve um conjunto articulado de iniciativas diversificadas em função das realidades locais, com forte envolvimento das esferas municipais e estaduais, tais como formação e capacitação, apoio a micro e pequenas empresas, ao empreendedorismo, ao cooperativismo, ao extrativismo sustentável e à expansão e fortalecimento da Economia Solidária.

Os Conselheiros e Conselheiras apontam os seguintes eixos propositivos em relação ao trabalho decente e inclusão produtiva:

1. Garantir uma política permanente de valorização do salário mínimo como instrumento de construção do equilíbrio social e de melhoria da distribuição de renda. O objetivo é qualificar o emprego e o trabalho por intermédio da política de fortalecimento do poder de compra do salário mínimo, da formalização do trabalho com seguridade social e da formação profissional.
2. Avançar na constituição do sistema público de emprego, trabalho e renda, articulado com as políticas de formação, qualificação e certificação profissional, em consonância com a evolução tecnológica e dos novos padrões de organização da produção, considerando as dimensões de raça, gênero e geração.
3. Incentivar nas políticas de emprego novas formas relacionadas com a cultura, entretenimento e esporte. É preciso reinventar o emprego, na direção do conceito de atividade produtiva, econômica e socialmente significativa.
4. Fortalecer as políticas e programas de emprego com foco na juventude, incluindo os jovens produtivamente na sociedade, aumentando o potencial de desenvolvimento e reduzindo a demanda pelas políticas compensatórias ou emergenciais.
5. Fomentar novos empreendedores, cooperativas e micro e pequenas empresas como vetores de inclusão produtiva. Garantir crédito, aperfeiçoar o Simples²¹, entre outras medidas. Deve-se buscar a articulação das iniciativas e políticas voltadas para as micro e pequenas empresas em um único órgão/entidade.
6. Promover o desenvolvimento local, das redes produtivas e dos arranjos produtivos locais, com foco no fortalecimento das micro e pequenas empresas e empreendimentos associativos.
7. Criar mecanismo de apoio e fomento à economia solidária, considerando-a como uma estratégia de desenvolvimento e avançando nos eixos de financiamento e crédito, comercialização, formação e assistência técnica, marco jurídico, cooperação internacional, acesso às tecnologias, apoio às redes e cadeias produtivas e políticas públicas.

²¹ Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº123, de 14.12.2006 aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte

8. Aperfeiçoar os programas de transferência de renda condicionada, articulando-os às políticas de geração de emprego, trabalho e renda e de desenvolvimento local.
9. Implementar a Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), pactuada entre o governo, organizações de empregadores e de trabalhadores, por meio do Plano Nacional de Trabalho Decente estabelecido, monitorado e periodicamente avaliado e atualizado.

5. Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento

Para o Brasil, um país dotado de recursos naturais e que busca se inserir de forma mais ativa nas trocas internacionais, o debate sobre o padrão de produção é estratégico. Formou-se um consenso entre os membros do CDES que o País deve aproveitar ao máximo as vantagens em *commodities* e as possibilidades do pré-sal, mas também buscar novas opções, agregando valor aos bens primários e estimulando a indústria, tanto a que se volta para o mercado interno quanto a que se destina ao comércio exterior. A oportunidade de transformar setores intensivos em recursos naturais em áreas de médio e alto conteúdo tecnológico como agronegócio/indústria, siderurgia, indústria petroquímica, bioenergia, dentre outros é complementar e não substituta aos setores industrial e de serviços.

Desde 2003, atenção especial tem sido dispensada à construção da competitividade de longo prazo do setor produtivo brasileiro. Nesse sentido, foram lançadas a Política Industrial e Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Lei da Inovação e a Lei do Bem. Visando o fortalecimento da estrutura institucional de apoio à política industrial foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), instância de articulação público-privada, e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que junto com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), todos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), vêm construindo capacidade para a implementação da política industrial e de inovação que o País requer para inserção mais ativa no mercado internacional nesse novo ciclo de desenvolvimento.

Com o lançamento do Plano de Ação, Ciência e Tecnologia (PACTI), em 2007, e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008, reafirmou-se essa estratégia, com foco na ampliação da taxa de investimento da economia; ampliação das exportações; e fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

É notório que as políticas industrial, de comércio exterior e de inovação do País estão intrinsecamente ligadas na nova estratégia de desenvolvimento delineada pelo governo e apoiada pela sociedade civil.

Os Conselheiros e Conselheiras apontam os seguintes eixos propositivos:

1. Consolidar a Política Industrial de longo prazo, sob liderança do setor privado, comprometida com a estruturação e expansão de um sistema produtivo competitivo, que saiba aproveitar as oportunidades abertas pelo mercado interno para investir e criar empregos e que tenha como referência os padrões de produtividade do mercado internacional.
2. Integrar e fortalecer as cadeias produtivas, com ênfase nos setores competitivos e nos setores estratégicos para o novo ciclo de desenvolvimento. Um exemplo é a construção civil que envolve um amplo conjunto de indústrias fornecedoras de materiais, estimula a indústria de mobiliário e movimenta uma extensa rede de serviços, sendo um importante vetor de criação de empregos, de geração de renda e de desenvolvimento regional.

3. Formular e implementar uma política industrial específica que assegure amplo conteúdo nacional na exploração do Pré-sal e no desenvolvimento da sua cadeia produtiva, dada sua importância e dimensão. O CDES deve continuar contribuindo para este objetivo.
4. Apoiar a institucionalidade das instâncias criadas no âmbito da PDP, fortalecendo e ampliando a capacidade de coordenação de políticas e integração de instrumentos, otimizando o uso de recursos públicos.
5. Incentivar as inovações estimulando as parcerias entre universidades e empresas, os programas de criação de incubadoras, de parques tecnológicos, de empresas nascentes de base tecnológica e de pequenas empresas inovadoras como forma de assegurar a adoção de novas tecnologias, condição necessária para o aumento da produtividade das empresas brasileiras e a inserção mais ativa do Brasil no novo cenário que desponta para as economias nacional e global.
6. Valorizar a indústria de transformação como propulsora de efeitos dinâmicos na economia brasileira e papel chave para a expansão do emprego, da renda e da inovação.
7. Fortalecer a internacionalização das empresas brasileiras, com presença, de maneira especial, na Ásia, América Latina, Caribe e África, mercados em expansão e nos quais o Brasil tem maiores vantagens competitivas.
8. Fortalecer a integração produtiva com os países da América Latina e Caribe, estimulando as economias e o comércio na região, vetor fundamental da política externa brasileira.
9. Promover ambiente adequado para os investimentos privados, de forma a fortalecer a competitividade, a eficiência e o acesso aos mercados internacionais, impedir a degradação do meio ambiente e combater a precarização do trabalho.
10. Criar sinergia entre o investimento público, comandado pelas estatais, e o privado, com o objetivo de criar grupos nacionais dotados de poder financeiro, com capacidade de competição nos mercados mundiais, comprometidos com as metas de desenvolvimento do País.
11. Criar mecanismos que induzam o investimento produtivo e zelar para que parte substancial da produção seja canalizada para o mercado interno de consumo popular, com geração de emprego e renda.
12. Favorecer a alocação da poupança pública e privada em instrumentos que alavanquem o crescimento e o desenvolvimento.
13. Fortalecer e aperfeiçoar a institucionalidade dos marcos regulatórios, das instituições e das políticas, reduzindo a incerteza e evitando que os órgãos de controle, em sua legítima e importante atuação, definam padrões onde deficiências regulatórias se materializam, e evitando também que os gestores abandonem a postura empreendedora.
14. Tornar obrigatória nas indicações de medidas extremas, como paralisação de investimentos e obras, a avaliação de impactos, prejuízos e consequências de várias ordens para a sociedade, como insumo para decisão e responsabilização, no caso de erros nas indicações do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas²².

²² Parecer do CDES sobre Investimentos, aprovado na 32ª Reunião do Pleno, 09/12/2009.

6. O potencial da agricultura

O Brasil tem mais de 150 milhões de hectares de terra agricultável a serem incorporadas no processo produtivo, mais que o dobro do que é utilizado hoje para as lavouras temporária e permanente somadas, constituindo a maior reserva de solo do planeta. Os recursos hídricos estão entre os mais abundantes, tanto em águas de superfície, como nos aquíferos Guarani e Alter do Chão.

Cerca de 30 milhões de pessoas vivem no campo e somente a agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas.²³ A agricultura é um eixo estratégico de grande importância para o desenvolvimento do País, dada essa disponibilidade de terra e de água e número de cidadãos brasileiros beneficiados, além do clima ameno, do acúmulo de capacidade tecnológica, da diversificação crescente do mercado externo e mercado interno.

O País é o terceiro produtor de alimentos do mundo e poderá ser o primeiro. A ciência brasileira está fazendo o desenho de uma nova agricultura sustentável, menos dependente dos insumos, com maior produtividade baseada na biotecnologia e na nanotecnologia. Já são 8 milhões de hectares de cana-de-açúcar que não empregam inseticidas e 22,5 milhões de hectares de soja com uso de bactérias no lugar do nitrogênio mineral. A sustentabilidade vem se tornando indispensável na comercialização e agregação de valor dos produtos e o Brasil tem condições de avançar e ter o agronegócio mais sustentável do mundo.

A agricultura familiar, responsável por cerca de 70% da produção dos alimentos²⁴ e a policultura de pequena escala necessitam de um sistema integrado de apoio. Os avanços têm sido muito significativos, em particular com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo montante disponibilizado por ano agrícola vem crescendo desde 2003 num ritmo mais acelerado do que nos anos precedentes. Os recursos do programa passaram de R\$ 2,4 bilhões no ano agrícola 2002/2003 para R\$ 13 bilhões em 2008/2009, em suas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização. Isto trouxe, indiretamente, benefícios como assistência técnica, direito aos programas de seguro agrícola e aos programas de comercialização do governo federal.²⁵ O Pronaf tem ainda linhas especiais para mulheres, agroecologia, semi-árido, florestas e comercialização, o que mostra o seu potencial transformador da realidade brasileira.

Porém, ainda persistem grandes iniquidades no campo. Cerca de 37% dos trabalhadores da agricultura nunca tiveram acesso à escola e 42% não concluíram o ensino fundamental.²⁶

Constituem norte para este eixo estratégico para o país, a evolução para mais qualidade e eficiência nos processos produtivos, maior respeito nas relações de trabalho, incorporação efetiva das dimensões ambientais no conjunto das atividades, incremento tecnológico e maior equilíbrio de nível técnico entre os diversos tipos de agricultura.

Os Conselheiros e Conselheiras apontam os seguintes eixos propositivos:

²³ IPEA – PNAD 2008, Primeiras Análises, Setor Rural – 29 de Março 2010 – Comunicados n. 42

²⁴ IBGE, dados do Censo Agropecuário 2006.

²⁵ BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados atualizados até BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 04/2010; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 04/2010; BASA: Até 10/2009; BB: Até 04/2010; BN: Até 03/2010 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos á alterações.

²⁶ IBGE, 2006

1. Promover desenvolvimento e acesso à tecnologia e inovação aos diversos tipos de agricultura – grandes, médios e pequenos agricultores, pecuária, pesca e extrativismo sustentável. Aperfeiçoar os processos produtivos, de forma a agregar valor aos produtos agrícolas.
2. Tornar a cadeia agrícola de excelência produtiva, social e ambiental, com incorporação do conceito do trabalho decente e verde, contribuindo para a economia do País. Combater o desmatamento ilegal na Amazônia, no Cerrado e outros biomas sensíveis, a destruição de matas ciliares, o uso de mão de obra escrava, o uso de produtos químicos sem proteção adequada para os trabalhadores, não só no local de produção, mas em toda a cadeia, desde a venda de insumos até o acesso ao crédito e ao circuito comercial.
3. Racionalizar o uso dos recursos hídricos, evitando desperdícios e contaminação por agrotóxicos. Incentivar o uso das tecnologias sustentáveis na produção agropecuária em geral.
4. Garantir o acesso à população do campo aos bens públicos (educação, saúde, habitação e infraestrutura), incluindo-a efetivamente no projeto de desenvolvimento do País.
5. Buscar o entendimento integrado e sistêmico da agricultura familiar, do extrativismo sustentável e da grande produção, aproveitando o potencial e vocação dos diversos sistemas produtivos e as sinergias possíveis.
6. Promover um sistema integrado de serviços de apoio à agricultura familiar - assistência técnica, comercialização, acesso a informações de mercado e a sistemas de crédito. Remunerar os agricultores familiares pela utilização de tecnologias sustentáveis, na medida em que cumprem uma função relevante na preservação dos recursos naturais, prestando um serviço que beneficia toda a sociedade.
7. Desenvolver e fortalecer os mecanismos de apoio ao extrativismo sustentável, que é vetor de desenvolvimento local e de preservação ambiental.
8. Democratizar o acesso a terra em escala e qualidade suficientes para um processo virtuoso de melhoria da produção, inclusão social e geração de renda.

7. O papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água e saneamento

Levando em conta as dimensões territoriais do Brasil, o papel das infraestruturas é essencial para sustentar o novo ciclo de desenvolvimento e melhorar a competitividade da economia brasileira no mercado internacional. Tratam-se aqui de iniciativas que vão além do poder decisório da empresa, pois exigem grandes investimentos, precisam ser organizadas em redes coerentes, geram efeitos difusos e os retornos econômicos são de longo prazo. Pelo seu efeito estruturante e o impacto que irradia sobre o conjunto das atividades, esta área deve ser vista como um dos grandes eixos estratégicos. Entram aqui, tradicionalmente, os setores de logística de transportes, mobilidade urbana, energia, comunicações e água/saneamento, redes que devem ser capilares e universais.

Mesmo considerando os recentes avanços do PAC I e do PAC II, é necessário expandir consideravelmente os investimentos em infraestrutura e aumentar a velocidade da execução dos projetos. No Brasil persistem entraves à intensificação do ritmo de crescimento da economia em decorrência de escassez de oferta e ineficiência em setores de logística de transporte, comunicações e energia. O País avançou, mas precisa melhorar a capacidade técnica e tecnológica, aperfeiçoar os marcos regulatórios e os

procedimentos burocráticos, aperfeiçoar a qualidade e ampliar a quantidade dos projetos básicos e executivos e criar mecanismos de financiamento público e privado, para atender à crescente demanda por recursos para investimentos.

A necessidade de construir a infraestrutura para eventos internacionais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 é oportunidade para melhorar a capacidade de planejamento, implementação de grandes obras e construir um legado para as cidades e territórios sedes desses eventos.

Entre os eixos propositivos os Conselheiros e Conselheiras apontam:

1. Ampliar os recursos para a infraestrutura e agilizar a implementação do investimento público, modernizando a gestão pública, o ambiente institucional e os procedimentos burocráticos e, sempre que possível, executar os empreendimentos em parceria com o setor privado, colocando em prática instrumentos como concessões, outorgas e parcerias público-privadas.
2. Consolidar a legislação das agências reguladoras na qualidade de agentes do Estado, fortalecendo o conceito de autonomia e independência, com funções e responsabilidades claras e introduzindo instâncias de soluções de conflitos.²⁷
3. Aprimorar a Lei de Licitações. Modernizar a Lei nº 8.666/93, separando as grandes obras e grandes compras de investimentos das compras rotineiras, que poderiam ter padrões definidos em termos de opções de projetos, modelos de convênio e estrutura de governança. É preciso garantir que a execução e o controle dos investimentos públicos ocorra em ambiente com segurança jurídica e transparência, na velocidade requerida pelo processo de desenvolvimento do País.
4. Melhorar a qualidade do licenciamento ambiental. A sustentabilidade ambiental é uma variável central na definição e realização de obras de infraestrutura. Portanto, a melhoria da qualidade do licenciamento ambiental requer a desburocratização e a transparência nos processos de licenciamento ambiental, a incorporação de especialistas de meio ambiente nos órgãos executores de projetos de infraestrutura, fortalecimento institucional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), assim como a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, objetivando eliminar a superposição de competências na área ambiental.
5. Acelerar a construção, reforma, ampliação e modernização dos aeroportos, conforme previsto no PAC. Definir os instrumentos para a integração do setor de aviação civil com o de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, em articulação com a política de desenvolvimento regional. Melhorar o sistema de gestão dos aeroportos brasileiros e de controle de tráfego aéreo. Criar mecanismos para o aperfeiçoamento contínuo da gestão de aeroportos e do sistema de controle de tráfego aéreo, levando em conta as melhores práticas internacionais.
6. Ampliar a capacidade e melhorar a eficiência portuária brasileira. Assegurar os recursos necessários para ampliar a capacidade portuária para absorver a demanda pelo transporte de cargas por via marítima e fluvial, bem como melhorar significativamente a eficiência portuária brasileira.

²⁷ Termo de Referencia do Grupo de Trabalho do CDES “Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento” aprovado na 20ª Reunião do Pleno, 05/12/2006.

7. Readequar a matriz de transporte de mercadorias. Resgatar os estaleiros navais, dinamizar o transporte de cabotagem, promover articulação intermodal com grandes eixos ferroviários de integração para o interior.
8. Redefinir e reestruturar a matriz de transporte de passageiros, principalmente nas grandes e médias cidades. Adotar programas de mobilidade urbana sustentável para favorecer o transporte coletivo de massa – preferencialmente movidos a biocombustíveis -, a expansão de ciclovias e o deslocamento a pé em estreita articulação com os projetos de desenvolvimento urbano e de uso do solo. Priorizar o transporte de média ou longa distância, com trens de alta velocidade movidos a eletricidade, contribuindo para a economia de baixo carbono.
9. Integrar os órgãos e entidades do setor de logística de transporte para melhorar o planejamento e a execução de projetos e buscar a intermodalidade. Promover a integração entre os órgãos, agências e entidades do setor de logística de transportes, sob coordenação do Conselho Nacional de Integração de Transportes.
10. Baratear os custos de energia e de combustíveis. Realizar estudos para viabilizar a redução das tarifas de energia e praticar a modicidade tarifária, considerando os encargos que incidem sobre as tarifas de energia elétrica e de combustível, inclusive a carga tributária.
11. Ampliar e melhorar as ações de eficiência energética. Expandir os objetivos e metas de eficiência energética no País, melhorar a capacidade de gestão e integração das agências envolvidas, ampliar os recursos humanos, técnicos e orçamentários, bem como os mecanismos de financiamento para o setor privado e os fundos setoriais.
12. Aperfeiçoar os estudos e projetos para expansão da oferta de energia hidrelétrica. As maiores disponibilidades de energia hidráulica no Brasil estão localizadas na Amazônia, o que requer a realização de estudos aprofundados e projetos de engenharia muito criteriosos, que levem em conta os riscos ambientais, antropológicos e sociais. Estes estudos devem ser acelerados e seus resultados amplamente debatidos na sociedade brasileira, a fim que ela possa fazer uma escolha adequada avaliando os custos e benefícios de ampliar a oferta de energia hidrelétrica em região sensível para atender uma demanda crescente, ou investir em energia térmica movida a carvão e derivados de petróleo com elevados custos econômicos e ambientais.
13. Expandir as energias renováveis na matriz energética. Priorizar a realização de leilões para diversificação e ampliação da oferta de fontes de energias renováveis, de forma a incorporar progressivamente a energia eólica, solar, de biomassa e de reciclagem de lixo em nossa matriz energética. Avaliar a relevância de introduzir incentivos tributários e financeiros para energias limpas e renováveis.
14. Ampliar a oferta de energia nuclear, desde que estejam equacionadas preliminarmente as questões relacionadas à segurança dos trabalhadores e da população residente no entorno das usinas e ao armazenamento e disposição dos dejetos radioativos.
15. Aumentar a produção e exploração de petróleo e gás natural, com ênfase nas reservas da província petrolífera da camada do pré-sal, considerando os novos marcos regulatórios, o incentivo à formação de cadeia de fornecedores nacionais com competitividade internacional e adotando tecnologias que garantam a exploração, a produção e o refino da maneira mais sustentável possível, de modo que o Brasil possa liderar a produção global de hidrocarbonetos sustentáveis.

16. Promover uma melhoria substantiva nos processos de gestão das águas no Brasil, com forte articulação e integração entre as três esferas de governo e ampla participação da sociedade civil, especialmente nos comitês de bacias.
17. Expandir os investimentos em saneamento básico. Fortalecer a articulação interfederativa, criar mecanismos ágeis de financiamento e melhorar a capacidade técnica e gerencial das empresas de saneamento e prestadores de serviços, visando universalizar o acesso ao saneamento ambiental básico com qualidade na prestação dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais urbanas.
18. Construir infraestrutura com vistas à integração com a América do Sul. Ampliar os mecanismos de financiamento e expandir os projetos de integração na América do Sul, sobretudo nas áreas de transporte, energia e comunicações, visando melhorar as correntes de comércio e as condições de vida da população e contribuindo para o desenvolvimento regional.

8. A sustentabilidade ambiental

O desafio ambiental tem dimensões globais e envolve questões como a mudança do clima, o esgotamento dos recursos naturais, a contaminação das águas, o desmatamento, a perda de biodiversidade, o desperdício de recursos e o excesso do lixo produzido pelas pessoas.

A mudança necessária para um padrão de desenvolvimento mais sustentável exige a convergência de um conjunto de atores sociais e institucionais, a educação ambiental, o reforço à pesquisa e inovação, a mudança na visão da mídia e das mensagens publicitárias, a mudanças na matriz energética, na organização urbana, no tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, na racionalização do uso das matérias primas, nos padrões de consumo e no mundo do trabalho. Implica geração de complementaridades nos processos produtivos, adequação dos procedimentos e generalização de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

A Amazônia brasileira compreende 60% do território nacional e abriga 25 milhões de habitantes, a maioria morando em áreas urbanas. Pode ser vista como o maior complexo geoambiental do mundo, dada sua variedade de recursos naturais, como os minérios, a biodiversidade, os maciços florestais e a infinidade de água doce terrestre e subterrânea. Cada vez mais, a ciência revela a importância da região para o ambiente global.

O CDES defende que o Brasil continue avançando para uma economia verde e de baixas emissões de carbono, aproveitando a posição privilegiada em termos de produção de energias limpas, a dotação de recursos naturais e rica biodiversidade, incluindo a maior cobertura florestal do mundo, cuja preservação e exploração nacional interessa a todos os povos. O Conselho considera que o Brasil possui vantagens naturais, competitivas e políticas para exercer um papel de liderança no esforço mundial de mitigação da emissão de gases de efeito estufa e de outros temas vinculados à sustentabilidade ambiental.

Para os Conselheiros e Conselheiras são propostas neste sentido:

1. Promover a cultura da sustentabilidade no âmbito do Estado, das empresas, dos movimentos sociais, dos meios de comunicação, das instituições de ensino e da população, buscando generalizar uma visão sistêmica e de longo prazo.
2. Implementar e ampliar ações para eficiência energética e uso racional de água, o combate ao desmatamento, as construções sustentáveis, o aumento da participação do transporte ferroviário, hidroviário, dutoviário e de esteiras na matriz de transportes brasileira, a incorporação crescente de energias renováveis na

matriz energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa nos setores da indústria brasileira que mais emitem GEE e consomem energia.

3. Priorizar investimentos em ciência e tecnologia e inovação visando ao aumento da eficiência energética e a produção de bens e serviços mais eficientes e sustentáveis.
4. Conceder incentivos fiscais para máquinas, equipamentos e transformadores mais eficientes, e promover a aceleração da depreciação contábil para máquinas e equipamentos antigos, com elevado consumo de energia.
5. Incentivar que os condicionantes ambientais, de geração de empregos verdes, de uso de tecnologias socialmente apropriadas e ambientalmente sustentáveis façam parte dos critérios para financiamento, isenção fiscal ou subvenção.
6. Garantir que as ações para implementação da economia verde resultem na geração de mais empregos, que só poderão ser considerados verdes se corresponderem a um conceito de trabalho decente e ao modelo de desenvolvimento sustentável.
7. Inserir o zoneamento agroecológico em uma política nacional que busque a sustentabilidade ambiental, econômica e social coerente com o processo de organização do território brasileiro, e que contemple de forma efetiva a proteção dos biomas sensíveis.
8. Desenvolver o potencial do manejo florestal com políticas de financiamento pesquisa e inovação, logística e estruturação de cadeias de suprimento, produção e escoamento.
9. Incentivar a adoção de tecnologias e métodos produtivos sustentáveis nos padrões de produção agropecuária e em outras dimensões do uso do solo.
10. Promover o desenvolvimento da Amazônia considerando a complexidade da realidade regional, identificando opções que sejam inclusivas, rentáveis para a economia e sustentáveis para o meio ambiente. Isso requer uma clara visão territorial e um forte compromisso com o futuro das próximas gerações.
11. Regular as atividades econômicas na Amazônia de modo a priorizar as áreas desmatadas, o aumento de produtividade e o máximo aproveitamento da infraestrutura existente. A logística de escoamento deve ser a mais competitiva e menos agressiva ao ambiente amazônico, como as hidrovias. A crescente demanda por madeira e carvão vegetal deve ser suprida pelo reflorestamento por espécies nativas, sempre que possível, e até mesmo por espécies exóticas, evitando o desmatamento.
12. Implementar um esforço conjunto para o acompanhamento e cumprimento efetivo das metas voluntárias brasileiras de mitigação da emissão de gases de efeito estufa, envolvendo o governo e os diferentes setores da sociedade. Para isso é necessária a regulamentação da Lei de Mudança do Clima, com a qual o CDES se dispõe a contribuir.
13. O CDES sugere que sejam incorporados os princípios e conceitos de cidades sustentáveis nas sedes da Copa do Mundo de 2014 e na sede dos Jogos Olímpicos de 2016, enfatizando construções sustentáveis, o transporte coletivo de massa e o uso amplo de energias renováveis, visando reduzir a emissão de CO₂, melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida nas cidades, e utilizar esse modelo como padrão futuro para todas as cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes

9. *Consolidação e ampliação das políticas sociais*

As políticas sociais buscam a garantia e acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos; a geração de oportunidades e de resultados para indivíduos e/ou grupos sociais; e a garantia de segurança ao indivíduo em situações de dependência ou vulnerabilidade.

A transformação das políticas sociais em políticas de Estado se justifica pelos seus aspectos de promoção e proteção social. Mas essas políticas têm também uma importante dimensão econômica. Projetado o desempenho brasileiro alcançado em termos de diminuição da pobreza e da desigualdade nos últimos cinco anos, o Brasil pode superar o problema de pobreza extrema, assim como alcançar uma taxa nacional de pobreza absoluta de apenas 4% até 2016.²⁸ O nível de renda nos segmentos mais pobres progride, mas a desigualdade de renda evolui mais lentamente, por ter um ponto de partida muito baixo na base da pirâmide social. Persistem desigualdades sociais, regionais, de gênero e de raça. Sendo assim, é essencial expandir o conjunto de políticas públicas e atividades privadas que favorecem a equidade social e regional.

As políticas sociais devem dinamizar o acesso democrático e de qualidade aos serviços básicos. É necessário um esforço generalizado de universalização e melhoria da qualidade dos serviços públicos. No caso da Educação e da Proteção Social, ampliação do financiamento, gestão eficiente, governança participativa e políticas afirmativas podem corrigir desigualdades históricas e o Estado tem um papel fundamental a desempenhar neste processo. No caso da Saúde, a questão da persistência das desigualdades sociais é mais séria e merece uma atenção especial, não só do Estado e de governos em todos os níveis, mas também da sociedade.

A inclusão social envolve o acesso à renda e aos serviços públicos e o direito de se apropriar da construção das políticas. Neste sentido, políticas descentralizadas constituem forma privilegiada de organização. Ao mesmo tempo, as parcerias, consórcios intermunicipais, cofinanciamento de programas, sistemas compartilhados de informação e outros mecanismos permitem democratizar gradualmente os processos decisórios sem fragmentar as políticas.

O conjunto das políticas sociais tende a se tornar o principal eixo de atividades na sociedade moderna. Neste sentido os Conselheiros e Conselheiras propõem:

1. Contemplar a redistribuição da renda e da riqueza, a promoção da equidade e a garantia de políticas universais baseadas em direitos integrais que afetam o conjunto das dimensões que definem a qualidade de vida.
2. Garantir seguridade econômica por meio de transferências condicionadas e/ou renda universal básica capaz de prover os núcleos familiares e os indivíduos de um mínimo de ativos.
3. Considerar a dimensão social indissociável da dimensão econômica para financiamento de projetos e empreendimentos, considerando as necessidades do território onde são executados.
4. Aperfeiçoar a governança do sistema de proteção social para articular as políticas e programas entre entes federados e a sociedade civil.

²⁸ IPEA – *Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas* – 12 de janeiro de 2010, Comunicado da Presidência n. 38 – p. 8 <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>

5. Fortalecer a institucionalidade das políticas sociais. Assegurar que as políticas sociais implantadas nos últimos anos sejam transformadas em políticas de Estado, no âmbito do Congresso Nacional.
6. Promover a ação integrada dos três níveis de governo, nas áreas urbanas/metropolitanas com elevada vulnerabilidade social, visando dotá-las de condição digna de cidadania.
7. Consolidar os sistemas públicos de políticas sociais como o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), de habitação, entre outros.
8. Modernizar os sistemas de gestão em saúde, tanto para os serviços públicos, quanto privados. Esse processo de inovação deve promover contextos mais eficientes e eficazes, tanto no âmbito da gestão de sistemas, quanto de unidades, superando a enorme defasagem dos instrumentos e práticas gerenciais em saúde.
9. Ampliar os gastos públicos em saúde para viabilizar a expansão e a regionalização da rede de serviços visando à universalização, a equidade e a integralidade.
10. Garantir à juventude o direito ao emprego, renda, educação, saúde, cultura, esporte e lazer. Consolidar as políticas públicas de juventude e promover a integração entre políticas específicas e direcionadas para determinados estratos juvenis com as políticas universais.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES
Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

ANEXOS

Anexo I: Processo de construção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Anexo II: Indicadores econômicos e sociais do novo patamar

Anexo I: Processo de construção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Conforme sua prática, o CDES busca levantar as contribuições, análises e todo o aporte possível deste universo amplo de lideranças e setores, para encontrar as convergências e construir novas sínteses e caminhos a serem compartilhados.

Tendo como base as sistematizações anteriores¹, reflexões e propostas acumuladas pelo Conselho sobre o desenvolvimento brasileiro, o processo de construção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento foi iniciado com um questionário/entrevista, trazendo a contribuição individual dos Conselheiros e Conselheiras².

A reflexão foi orientada por questões sobre a situação do setor ou área de atividade do conselheiro (a); sobre a trajetória de mudança econômica e social do Brasil; e sobre as oportunidades e os entraves para se construir condições de sustentação e aprimoramento desse quadro socioeconômico.

Contribuíram para a formulação do questionário o Comitê Gestor do CDES, dirigentes e técnicos do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com o objetivo de compartilhar as visões trazidas pelos questionários e agregar conteúdo e reflexão foi realizada uma Oficina de Trabalho – que contou com a participação dos economistas Ricardo Bielschowsky (CEPAL), João Carlos Ferraz (BNDES) e Marcio Pochmann (IPEA). Na Oficina, foram aprofundados debates em torno de três ênfases presentes no conjunto de respostas aos questionários: o Modelo de Desenvolvimento; o Papel do Estado e os Desafios para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.

Coube ao Comitê Gestor do CDES a função de relatoria, delegada pelos Conselheiros e Conselheiras presentes na Oficina. O Comitê Gestor contou com apoio da Secretaria do Conselho (SEDES) e assessoria do professor Ladislau Dawbor (PUC/SP). A primeira versão da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, fruto deste trabalho de sistematização, foi encaminhado ao Pleno do CDES.

Durante a reunião, foi realizada a apreciação da estrutura do documento, dos elementos da estratégia e dos eixos propositivos. No debate foram identificados temas fundamentais para Agenda em relação aos quais o Conselho necessitava buscar maior convergência.

Com este objetivo foram realizados encontros com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para debater o papel do Estado na economia; com o Secretário de Política Econômica, Néelson Barbosa para debater questão fiscal; e o com o economista Luiz Gonzaga Belluzzo sobre o papel do Estado diante da crise europeia e suas repercussões.

O documento foi apresentado e aprovado na 34^a Reunião do Pleno do CDES, no dia 17 de julho de 2010, perante o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Vice-Presidente, José de Alencar e os Ministros Alexandre Rocha Santos Padilha; Eloi Ferreira de Araújo; Guido Mantega; Izabella Mônica Vieira Teixeira; Márcia Helena Carvalho Lopes; Miguel João Jorge Filho.

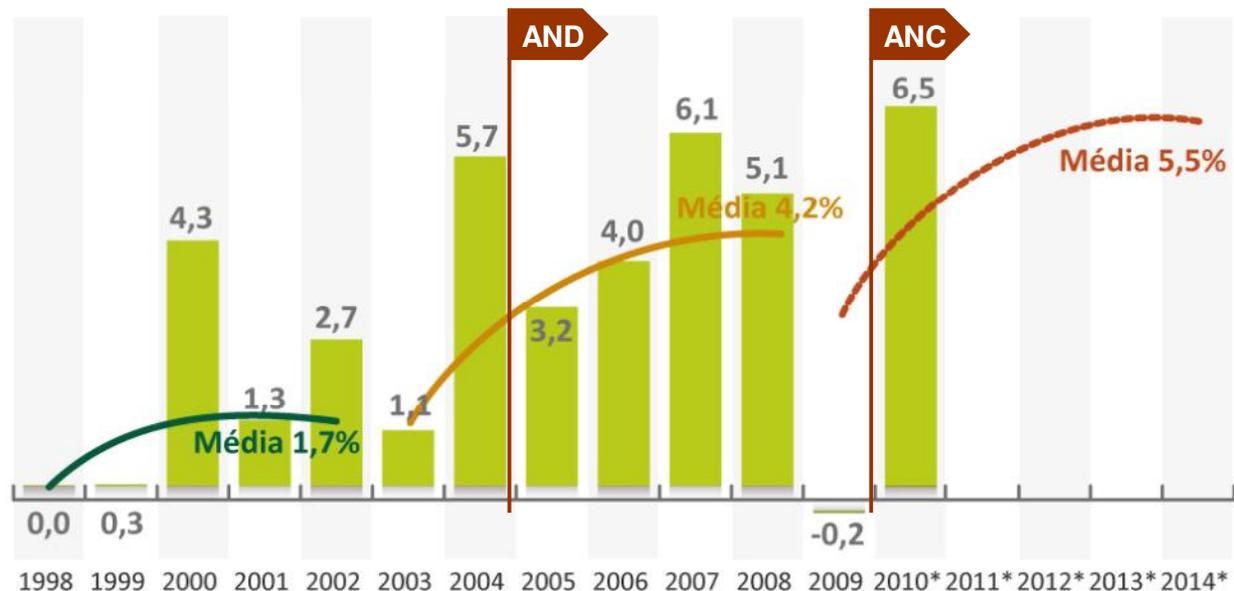
A Agenda deverá ser objeto de diferentes ações de disseminação para o Governo e a sociedade, como contribuição do CDES. Conselheiros e Conselheiras assumem também a responsabilidade de acompanhar os desdobramentos e construir viabilidade para a estratégia de desenvolvimento expressa na Agenda.

¹ Textos completos da Agenda Nacional de Desenvolvimento; dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento e dos Seminários realizados, que conformam a trajetória de debate do CDES sobre Desenvolvimento, em: www.cdes.gov.br.

² Para acessar os instrumentos de consulta utilizados, os documentos e insumos, os relatórios a toda a cobertura da Oficina de Trabalho: www.cdes.gov.br/exec/evento/exibe_oficina_03-2010.php

Anexo II: Indicadores econômicos e sociais do novo patamar³

Gráfico 1
Crescimento do PIB
(% aa)

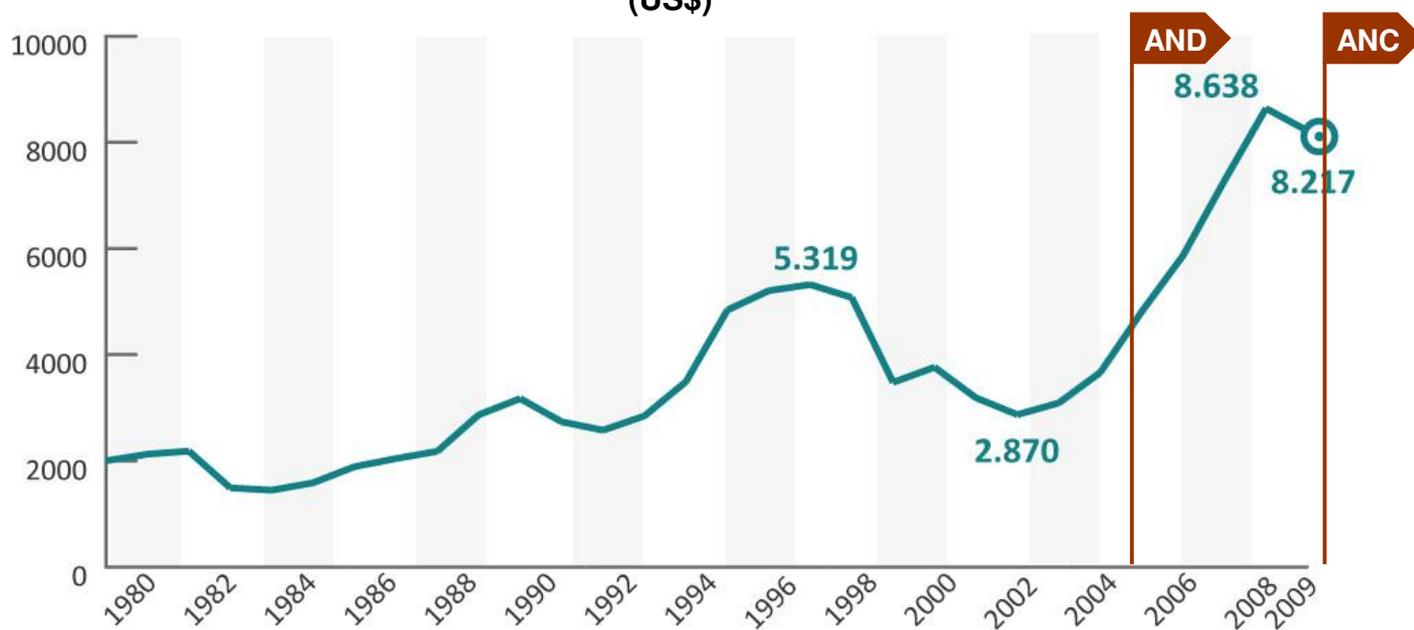


* Estimativa do Governo

Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 2
PIB per capita
(US\$)

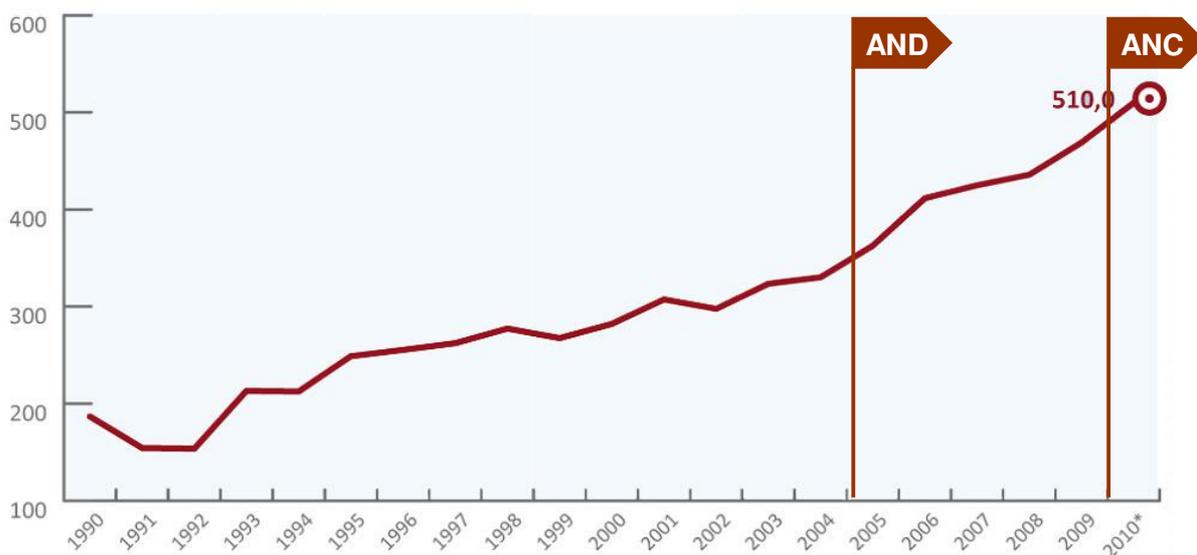


Fonte: IPEA.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

³ Alguns gráficos trazem as marcas AND e ANC significando: a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), apresentada pelo CDES em meados de 2005 e a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), atual esforço de sistematização.

Gráfico 3
Salário Mínimo Real
(R\$)

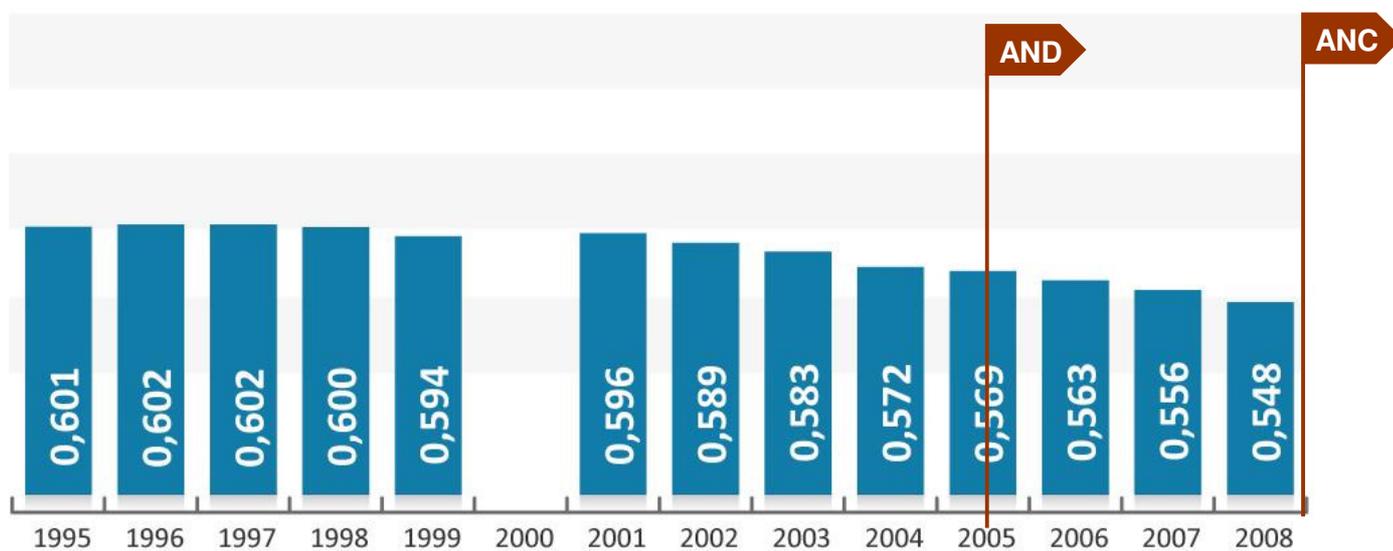


* Posição de janeiro de 2010.

Fonte: IPEA e Ministério do Trabalho e Emprego.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 4
Coeficiente de Gini
Índice entre 0 (melhor resultado) e 1 (pior resultado)



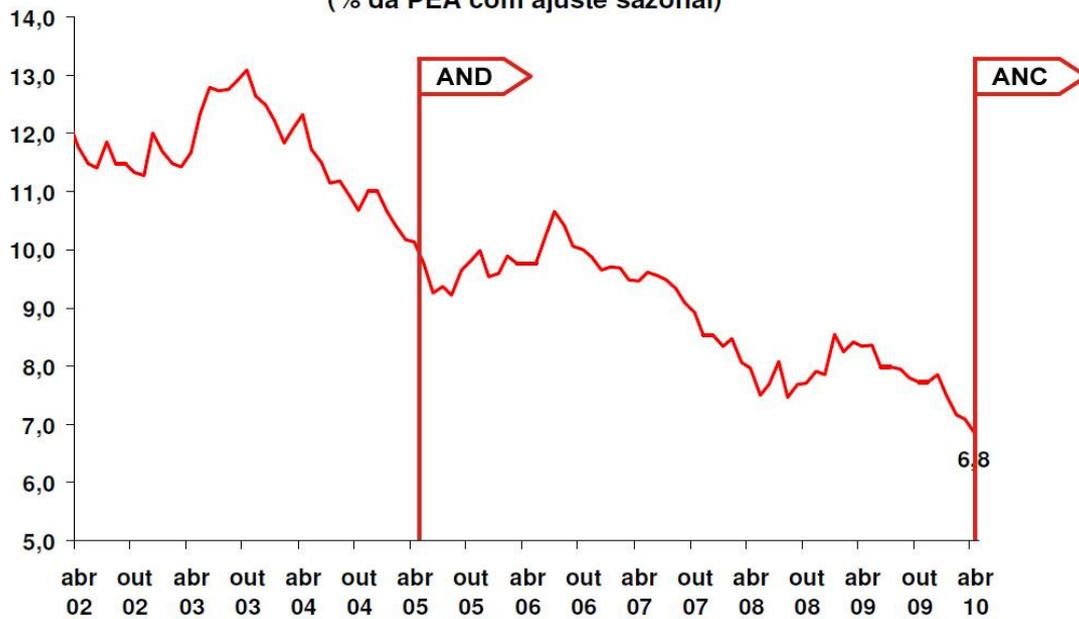
* Não houve coleta de dados no ano de 2000.

Fonte: IPEA.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 5

TAXA DE DESOCUPAÇÃO
(% da PEA com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: MF/SPE

Nota: Taxa de Desocupação é o percentual de pessoas desocupadas (sem trabalho e que procuraram trabalho por 30 dias no mês do levantamento) em relação às pessoas economicamente ativas na semana de referência.

Gráfico 6

TAXA DE DESEMPREGO
(% da PEA)



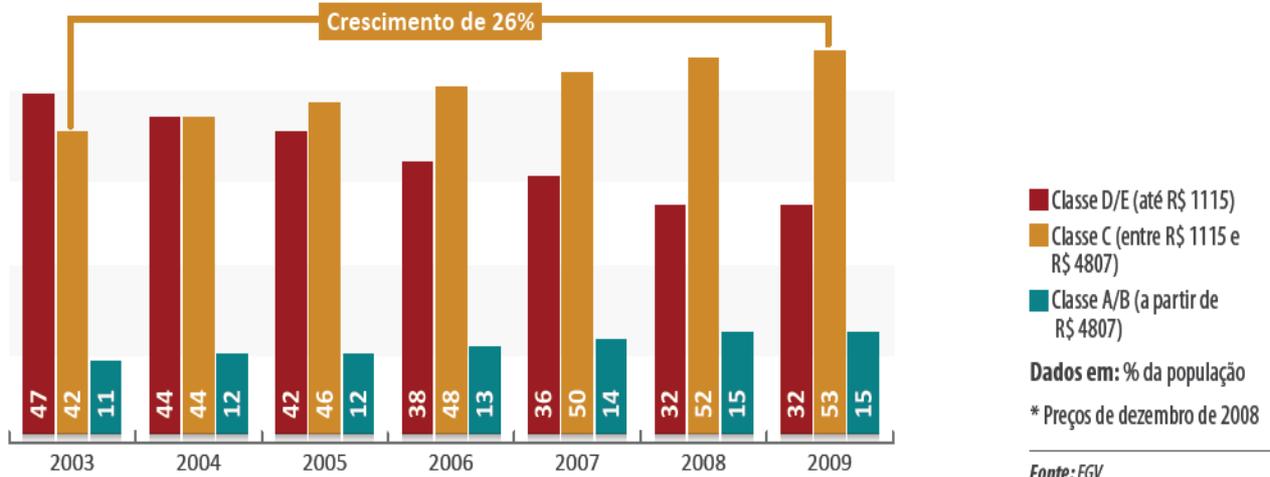
Fonte: IBGE.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Nota: Taxa de desemprego é o percentual de pessoas sem emprego (posto formal de trabalho remunerado, preenchido por um trabalhador) em relação à PEA.

Gráfico 7

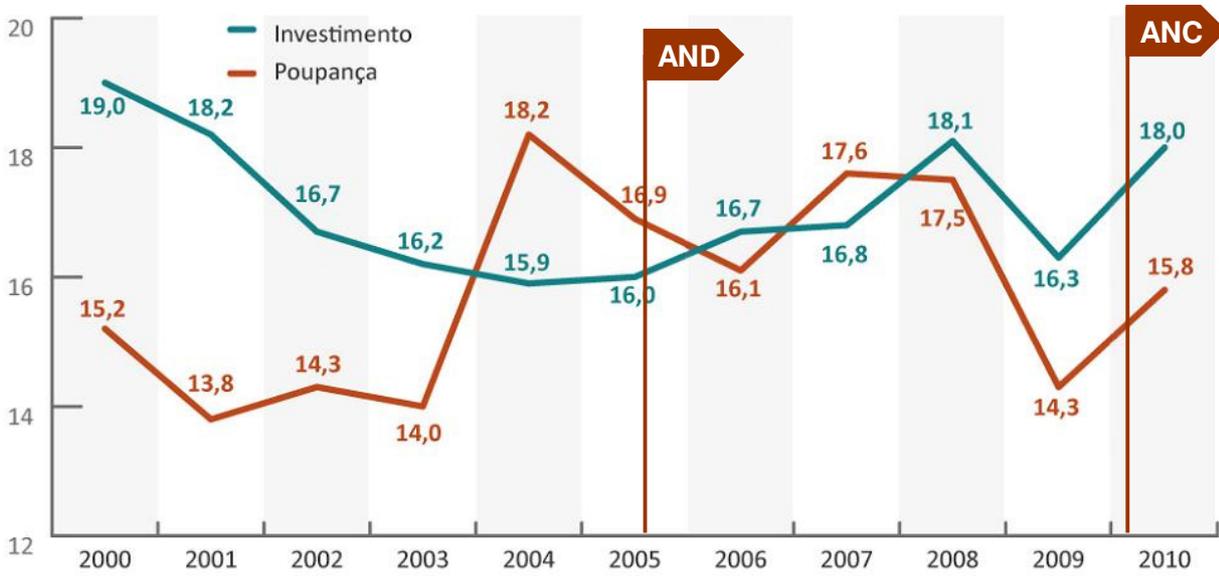
**Nova Classe C
(% da população)**



Fonte: FGV
 Elaboração: Ministério da Fazenda

Gráfico 8

**Investimento e Poupança Interna
(% PIB)**

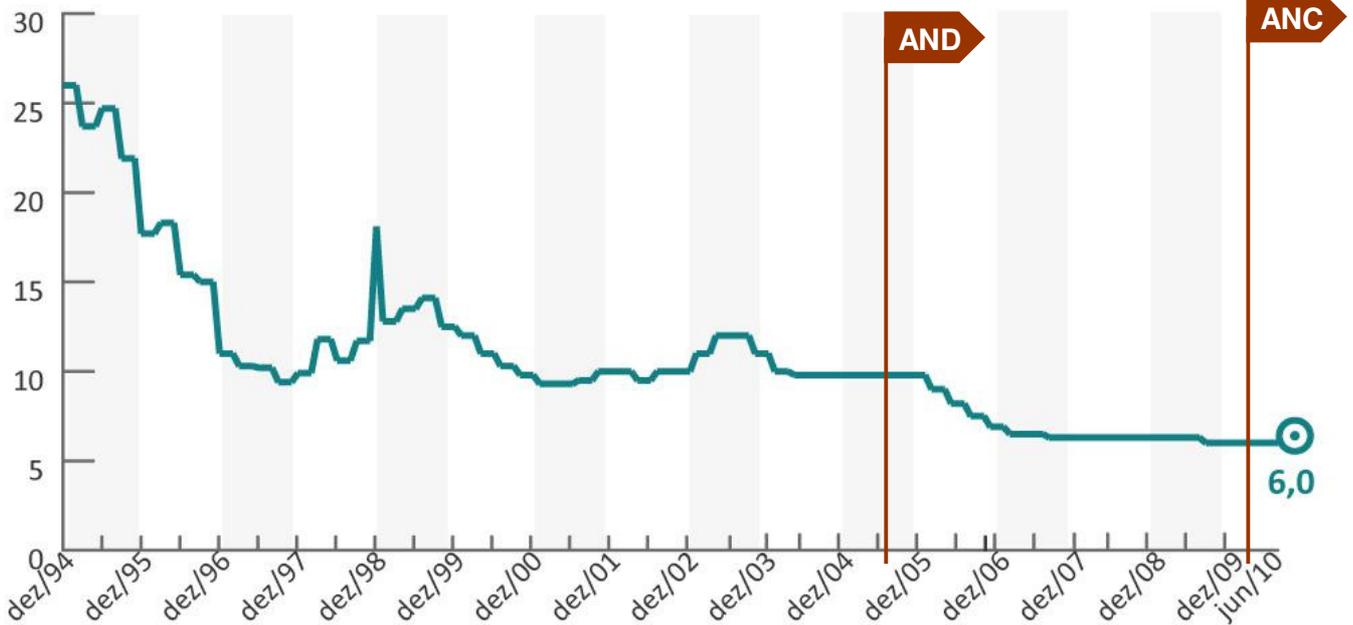


Fonte: IBGE.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 9

**Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP
(% aa)**

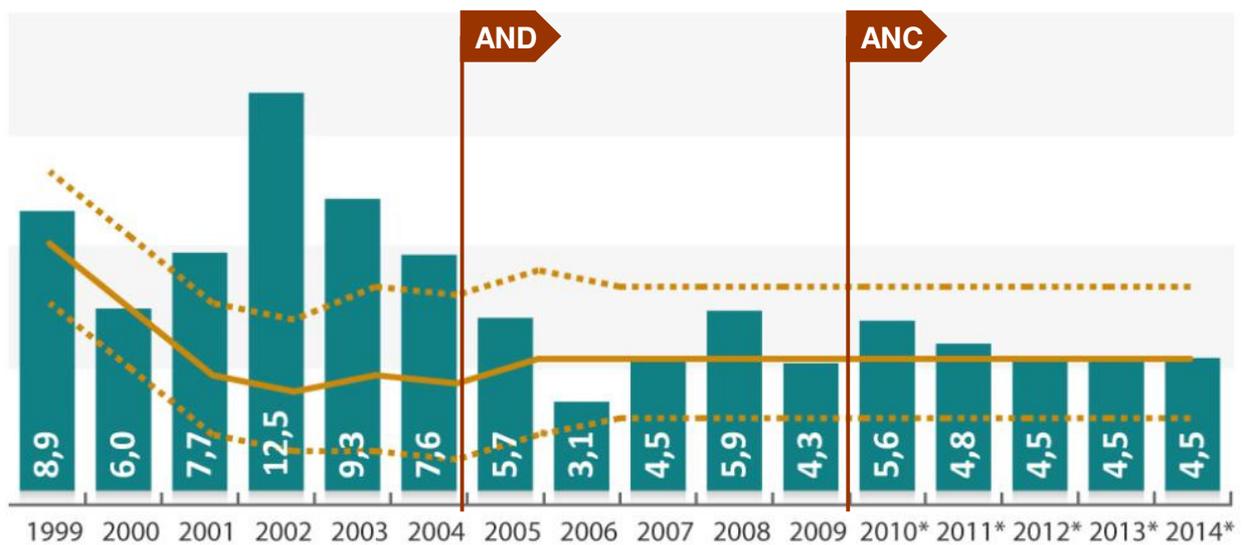


Fonte: IPEA.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 10

**Regime de Metas de Inflação no Brasil
(IPCA – Variação % acumulada em 12 meses)**



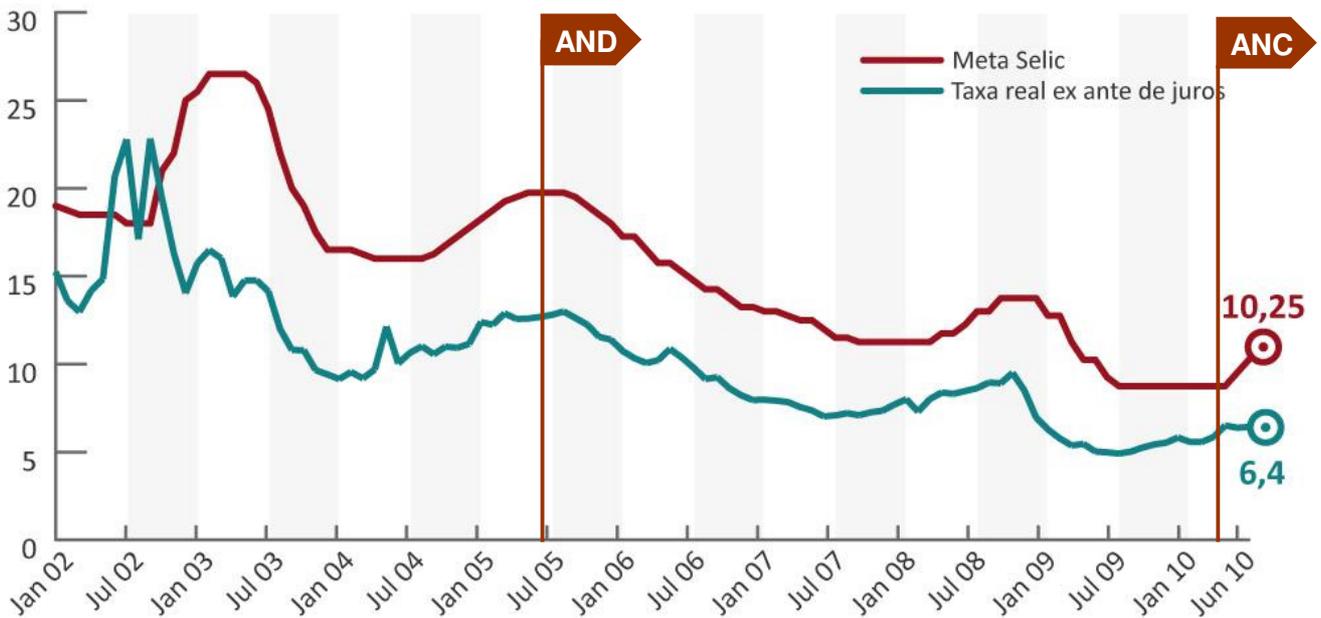
* Expectativa FOCUS de 4 de junho de 2010.

Fonte: IBGE e BCB.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 11

Taxa SELIC e Taxa Real ex ante de Juros
(% aa)

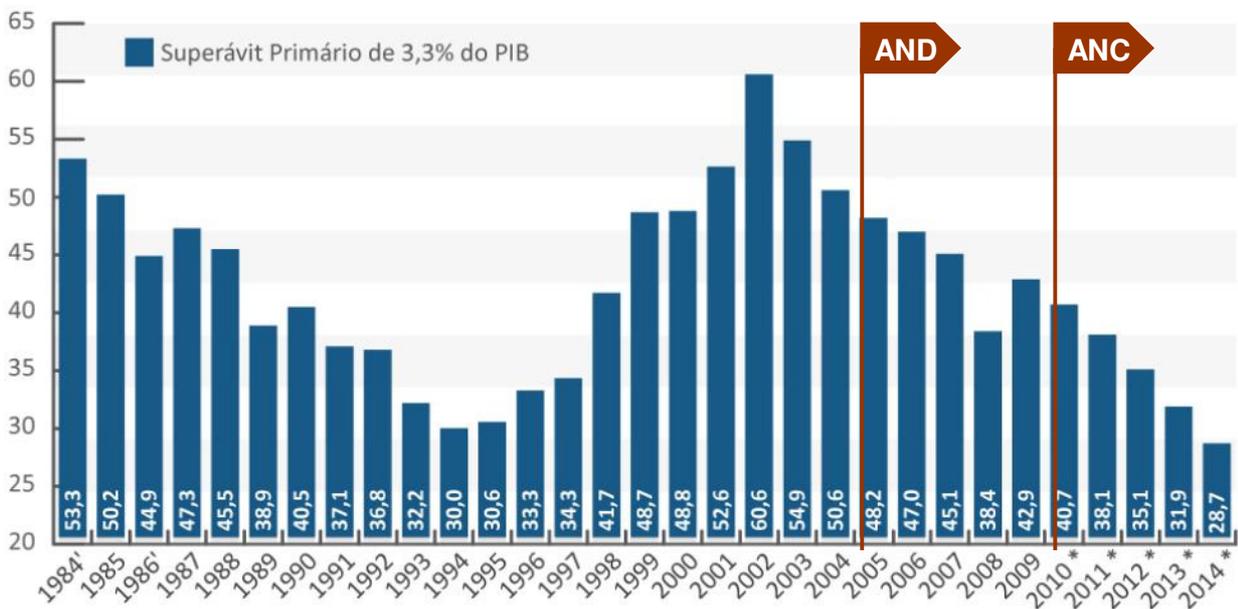


Fonte: BMF&Bovespa e BCB.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 12

Dívida Líquida do Setor Público
(% do PIB)



* Estimativas Ministério da Fazenda (fev/2010)

Fonte: BCB.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Tabela 1

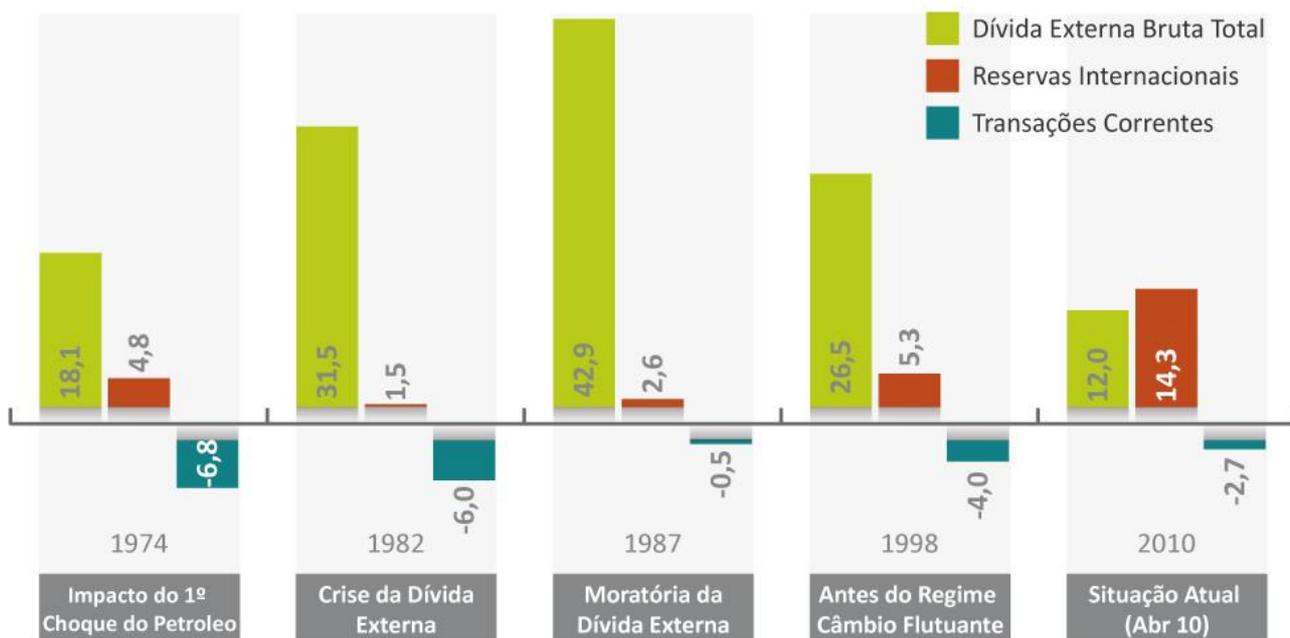
Resultado Primário do Governo Federal (% PIB)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *
Receitas Primárias Líquidas	17,9	17,4	18,1	18,8	19,0	19,3	19,4	19,5	20,0
Despesas Primárias	15,7	15,1	15,6	16,4	17,0	17,1	16,6	18,2	18,6
- Pessoal e Encargos	4,8	4,5	4,3	4,3	4,5	4,4	4,4	4,8	4,8
- Transferências de Renda	6,4	7,1	7,4	7,8	8,4	8,5	8,2	9,0	9,1
- Investimentos	0,8	0,3	0,5	0,5	0,6	0,7	0,9	1,0	1,2
- Outras Despesas Correntes	3,6	3,3	3,5	3,8	3,4	3,5	3,1	3,4	3,5
RESULTADO PRIMÁRIO	2,1	2,3	2,5	2,5	2,1	2,2	2,9	1,2	1,4
Receita Líquida menos Transferências	11,4	10,4	10,8	11,1	10,6	10,8	11,2	10,5	10,9
Despesa Primária menos Transferências	9,3	8,1	8,2	8,6	8,5	8,6	8,4	9,2	9,5

*/ Valores acumulados em 12 meses até Abril.
Fonte: BCB. Elaboração: MF/SPE.

Gráfico 13

Indicadores Externos (% PIB)

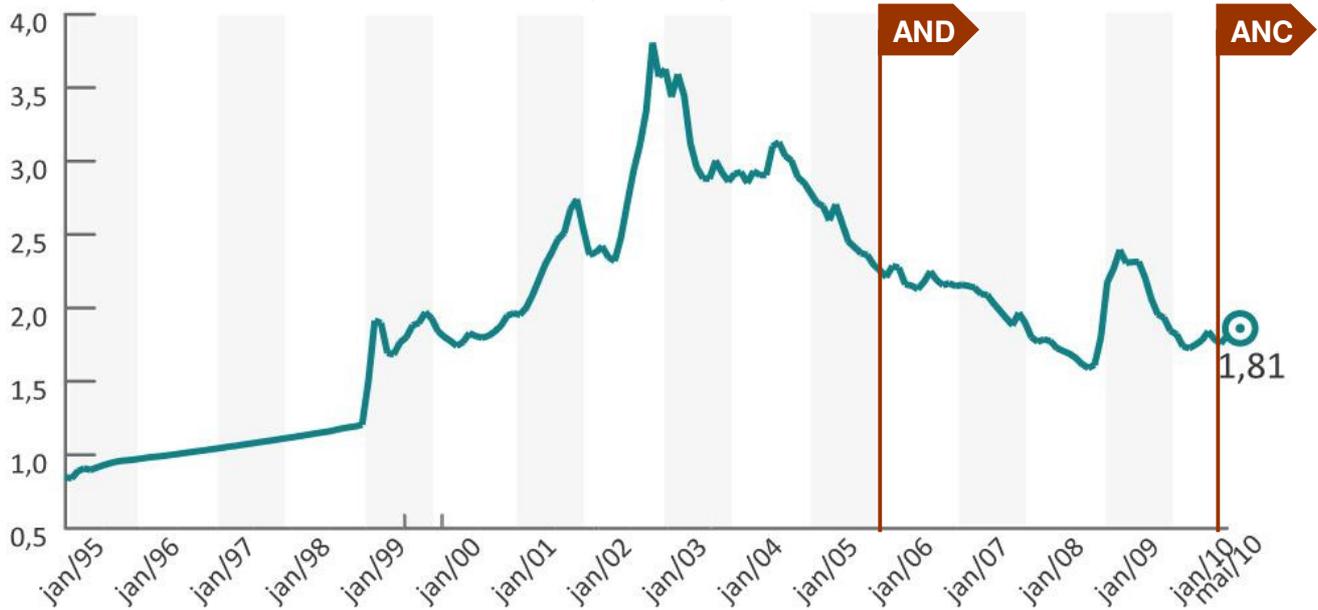


Fonte: BCB.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 14

**Taxa de Câmbio
(R\$/US\$*)**

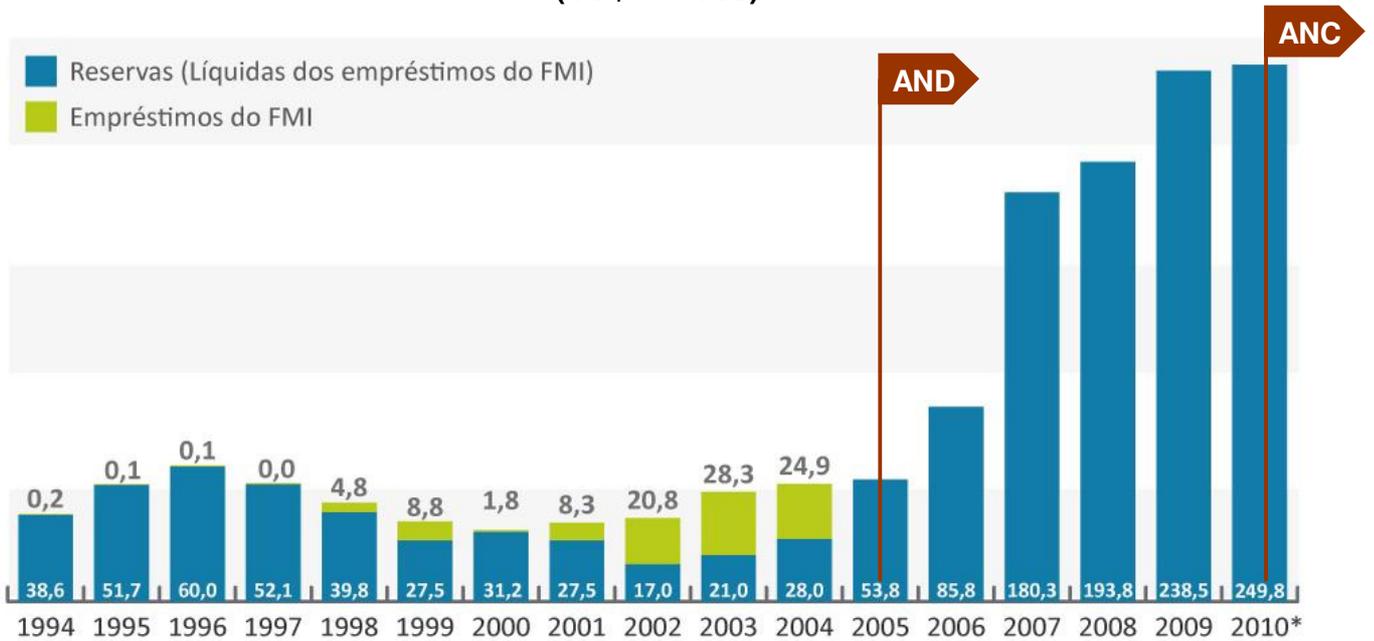


* comercial – venda – média.
Fonte: BCB.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 15

**Reservas Internacionais
(US\$ bilhões)**

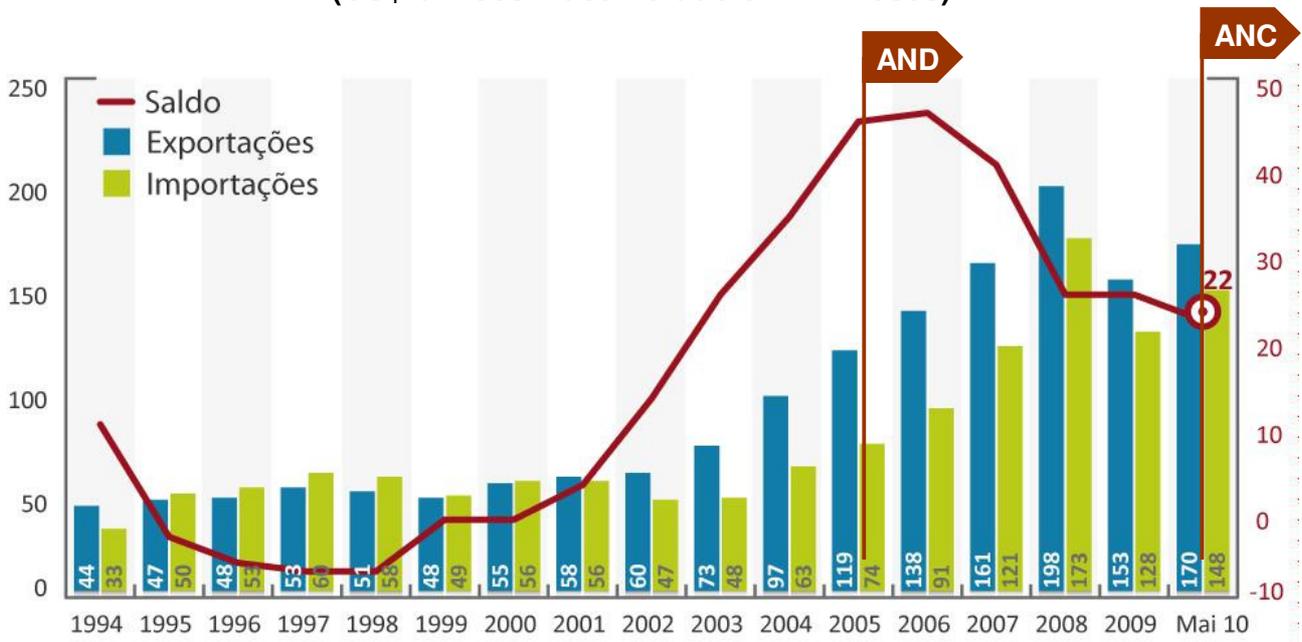


* Posição de maio de 2010.
Fonte: BCB.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 16

Balança Comercial
(US\$ bilhões – acumulado em 12 meses)

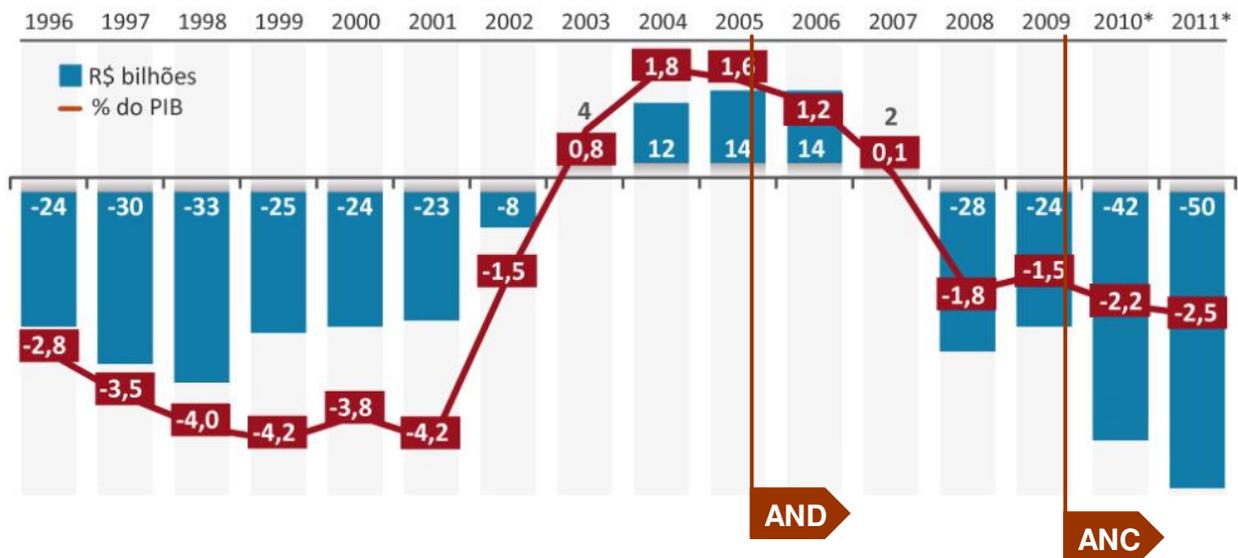


Fonte: BCB.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

Gráfico 17

Transações Correntes
(US\$ bilhões e % do PIB)



* Estimativas Ministério da Fazenda.

Fonte: BCB.

Elaboração: Ministério da Fazenda.